

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GABRIELA LIMA CAIXETA DE DEUS

As Relações Exteriores entre Brasil e Irã:

A Política Externa Ativa e Alativa e a Declaração de Teerã na CREDN

Campo Grande / MS
2023

Gabriela Lima Caixeta de Deus

As Relações Exteriores entre Brasil e Irã:

A Política Externa Ativa e Altiva e a Declaração de Teerã na CREDN

Monografia apresentada ao Curso de História do *Campus* Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em História.

Orientador: Samuel de Jesus

Campo Grande/MS
2023

Gabriela Lima Caixeta de Deus

As Relações Exteriores entre Brasil e Irã:

A Política Externa Ativa e Altiava e a Declaração de Teerã na CREDN

Monografia apresentada ao Curso de História do *Campus* Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em História.

Orientador: Samuel de Jesus

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Samuel de Jesus

Professor Dr. Andrew Patrick Traumann

Professor Dr. Eduardo Rizzatti Salomão

Campo Grande/MS
2023

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
 - 1.1. A atividade parlamentar e a Política Externa Brasileira**
 - 1.2. Autonomia da Política Externa Brasileira**

- 2. A Política Externa Brasileira**
 - 2.1. A Política Externa Ativa e Altiya**
 - 2.2. PEB para o Oriente Médio**
 - 2.2.1. As relações Brasil e Irã (2007-2010)**

- 3. O Irã e o programa nuclear**
 - 3.1. Irã do século XX**
 - 3.2. O programa nuclear iraniano**
 - 3.3. Desconfianças e Vilanização**

- 4. A atuação do Parlamento Brasileiro na Política Externa: O caso das relações Brasil e Irã no governo Lula II**

Conclusão

Considerações Finais

As Relações Exteriores entre Brasil e Irã:

A Política Externa Ativa e Altiva e a Declaração de Teerã na CREDN

Resumo

Nas últimas décadas, a Política Externa Brasileira (PEB) para o Oriente Médio seguiu diversas orientações conforme os direcionamentos do Poder Executivo. Entre os anos de 2007-2010, o Brasil se propôs a costurar um acordo com o Irã versando sobre o acesso a urânio enriquecido para fins pacíficos. Neste período, o país seguia sob a ótica de uma Política Externa Ativa e Altiva assim denominada pelo chanceler Celso Amorim. O presente estudo buscou se debruçar sobre os desdobramentos de uma política externa considerada independente dos interesses estadunidenses pelo Poder Executivo Brasileiro, levando em consideração o caso específico da aproximação do Brasil com o Irã e a produção da Declaração de Teerã. Inicialmente motivada pelo então presidente Obama, a aproximação Brasil-Irã visava projetar o país sul-americano como relevante na resolução de conflitos. No entanto, a estratégia foi abandonada pela cúpula da política estadunidense, alterando a adesão de outros países na resolução da questão nuclear iraniana. Com objetivo de ampliar a riqueza de informações acerca dos debates que envolvem o grau de independência ou entreguismo das políticas brasileiras aos interesses estadunidenses, elencamos as discussões promovidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) no âmbito do legislativo para demonstrar aspectos importantes dos embates em decorrência da aproximação brasileira com países como o Irã. Por meio da análise do conteúdo proferido pelos parlamentares, identificamos nos discursos objeções que demonstram desconfianças em relação à aproximação com o Estado persa, fundamentadas tanto nas relações históricas e políticas que foram construídas entre o Irã e os EUA quanto nas principais questões que envolvem as violações de direitos humanos proferidas pelo regime iraniano. No entanto, constatamos nos discursos dos parlamentares da ocasião, trechos que condenam posturas mais subservientes aos interesses estadunidenses, bem como defesas que destacam a consideração pelos interesses nacionais apoiados na postura soberana da PEB.

Palavras-chave: Brasil. Irã. Estados Unidos. Celso Amorim. Programa Nuclear.

AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica

CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

PEB - Política Externa Brasileira

TNP - Tratado de Não-Proliferação

1. Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi iniciado a partir do Projeto de Pesquisa “Uma década de política externa segundo as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Brasileiro” (Edital UFMS/PROPP Nº 107/2022 - Seleção PIBIC, PIBIC-AF E PIBITI 2022) sob orientação do Professor Doutor Samuel de Jesus. O objetivo visava compreender a perspectiva parlamentar no que se refere à política internacional e defesa nacional.

Este trabalho buscou entender a atuação brasileira no plano internacional, especialmente salientando a aproximação diplomática do Brasil com o Oriente Médio (prioritariamente as relações com o Irã), focando nas repercussões internas. Para analisar os impactos internos da relação Brasil-Irã entre 2007 e 2010 esta pesquisa utilizou dados colhidos acerca da atuação parlamentar na política externa através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados do Brasil. Os destaques são as discussões, entraves políticos e ideológicos que se relacionaram com a política externa independente do governo Lula (2007-2010).

No dia 17 de Maio de 2010, o Brasil propôs a Declaração de Teerã, acordo firmado entre Brasil, Irã e Turquia que versava sobre o acesso ao urânio enriquecido para fins pacíficos. Neste período, a Política Externa Brasileira (PEB) seguia sob a liderança do então chanceler Celso Amorim, denominada por ele de Política Externa Ativa e Altiva. Fundamentada em uma política externa independente dos interesses das grandes potências hegemônicas, essa aproximação com o Estado persa produziu discussões e enfrentamentos políticos em que aqueles que discordavam demonstravam desconfianças em relação ao acordo.

Da Justificativa, o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva para um terceiro mandato à Presidência da República do Brasil em 2023, instaurou novas sinalizações para a Política Externa Brasileira (PEB). Seguindo uma lógica semelhante de quando esteve em seus dois primeiros governos, o Presidente Lula tem indicado um distanciamento dos interesses norte-americanos. Com uma postura autônoma, o chefe do Executivo tenta aumentar os vínculos entre o Brasil e a China¹. Este fato tem gerado preocupações em Washington, tendo em vista a expansão da influência de seu principal adversário comercial na América do Sul.

¹ Após encontro com Xi Jinping, Lula se alia à China na guerra e na economia. Presidente diz que ninguém vai proibir o Brasil de aprimorar o relacionamento com o gigante asiático (LESSA, 2023).

Atrelado a esse contexto, o terceiro governo Lula também inclui a presença do ex-chanceler Celso Amorim, que atualmente ocupa a posição de assessor para assuntos internacionais da Presidência da República. No dia 03 de março de 2023, Celso Amorim fora procurado pela mídia para esclarecer uma discordância envolvendo os Estados Unidos e Israel, com relação à presença de navios de guerra iranianos no Porto do Rio de Janeiro. No caso, Amorim demonstrou estranhamento da reação dos dois países e afirmou que o Brasil, além de ser um país soberano, mantém boas relações com o Irã.² Isto evidencia uma continuidade na defesa pela autonomia brasileira e a tentativa de manutenção de boas relações com o Irã.

Deste modo, destaca-se a relevância de revisitar o tema da mediação brasileira em relação ao programa nuclear iraniano no segundo governo Lula. À luz de uma política externa que se anunciava autônoma, o Brasil foi um ator importante em décadas passadas na construção de um ambiente de diálogo aberto em termos de segurança internacional. Na época, o Brasil demonstrou interesse em traçar vias diplomáticas com o Irã no caso do acesso à energia nuclear, causando reações na política internacional, principalmente de países como EUA e Israel. O produto desta iniciativa foi a Declaração de Teerã.

Alguns dos críticos da diplomacia de Amorim afirmavam que o projeto brasileiro era megalomaniaco e não estava ao alcance de uma mera potência regional como o Brasil. No entanto, apesar da Declaração de Teerã não ter tido êxito dentro do que se propunha, ela produziu consequências importantes para o diálogo entre as grandes potências e o Irã acerca do programa nuclear iraniano. Um dos desdobramentos mais relevantes neste caso foi a produção de um novo cenário em que os Estados Unidos desenvolveram o interesse em reassumir o protagonismo das negociações, sugerindo um novo acordo nuclear com o Irã em 2015³. Os Estados Unidos acabam saindo deste acordo em 2015 pela gestão do Presidente estadunidense Donald Trump⁴, reacendendo novas incertezas sobre a segurança internacional

² 'O Irã não é nosso inimigo', diz Celso Amorim sobre navios de guerras ancorados no Rio. Estados Unidos e Israel pediram para o Brasil não receber embarcações (OLIVEIRA, 2023).

³ Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) foi o acordo nuclear com o Irã de julho de 2015 (...) firmado entre o governo da República Islâmica e um grupo de potências internacionais, liderado pelos EUA. O chamado grupo P5 + 1 – cinco membros do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha – aceitou encerrar as sanções ligadas ao programa nuclear iraniano, em troca de seu desmantelamento. O pacto entrou em vigor em outubro de 2015 e passou a ser aplicado de fato em janeiro de 2016, após a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) ter verificado que o programa nuclear iraniano tem fins pacíficos (WELLE, 2017).

⁴ Trump anuncia retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã. Presidente americano diz que Irã é 'principal Estado patrocinador do terrorismo' e que busca por armas nucleares é seu ato mais perigoso. Sanções 'do mais alto nível' também serão restauradas (G1, 2018).

e o desmantelamento de mecanismos e ferramentas de supervisão e controle do programa nuclear iraniano.

1.1. A atividade parlamentar e a Política Externa Brasileira

Aliado a estas justificativas, temos constatado pesquisas que se propõem a trabalhar a PEB, destacando-se apenas as atividades do Executivo com ênfase na atuação do Itamaraty. No entanto, dada a riqueza de informações e novidades que o legislativo já adicionou para a historiografia brasileira em outros temas prévios, é importante consultá-lo como fonte de apuração dos debates internos e institucionais em relação à política externa promovida pelo Brasil.

No Brasil, constitucionalmente, o Presidente da República (Chefe da Federação Executiva Federal) desenvolve e executa a Política Externa Brasileira, operacionalizada pelo Ministério das Relações Exteriores (que tem chanceler indicado pelo Presidente); o legislativo, nesse caso, tem papel consultivo (Sanches et al. 2006 apud SOUZA, 2018. p.122, tradução nossa).

Tendo em vista o papel consultivo do legislativo na Política Externa Brasileira, este trabalho investiga a atuação parlamentar na política externa através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), aferindo quais tipos de manifestações o Poder Legislativo produziu sobre as aproximações entre Brasil e Irã.

Segundo o site oficial da Câmara dos deputados a CREDN tição debater e votar as seguintes temáticas:

Relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais; Política Externa Brasileira; serviço exterior brasileiro; tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa; direito internacional público e privado; ordem jurídica internacional; nacionalidade; cidadania e naturalização; regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração; autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República ausentar-se do território nacional; política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contrainformação; Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar; serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior; assuntos atinentes à faixa de fronteira e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional; direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial; litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; outros assuntos pertinentes ao seu campo temático (BRASIL, 2022).

A Comissão de Relações Exteriores é fonte basilar desta pesquisa, uma vez que as reuniões desta comissão fornecem os discursos proferidos pelos parlamentares. Assim, o resgate dos discursos de parlamentares é peça fundamental na reconstituição histórica de

como se caracterizou o debate público à época. Procurei resgatar estes discursos para contribuir com a compreensão desse passado. Desprezando os abusos, principalmente por parte das apropriações políticas presentes no imaginário da extrema direita em temas que versam sobre a PEB, é preciso resgatar precisamente as condições reais, em termos institucionais, em que se deram as relações entre Brasil e Irã.

1.2. Autonomia da Política Externa Brasileira

Da Revisão Bibliográfica, as fontes utilizadas neste trabalho foram os relatos do diplomata Celso Amorim, em destaque os livros *Conversas com jovens diplomatas* (2011) e *Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da Política Externa Ativa e Altiva* (2015). A partir destas obras podemos entender melhor o processo de análise dos documentos disponíveis no site da Câmara dos deputados sobre as propostas de discussão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ao longo dos relatos, Celso Amorim trabalha com a visão de uma Política Externa Ativa e Altiva. Mas do que se trata exatamente este conceito? A Política Externa Ativa e Altiva não temeria protagonizar e tampouco ela se dobraria a outras agendas que não interessam ao Brasil porque seriam provenientes de países mais temerosos em relação ao Brasil (AMORIM, 2019). Em resumo, esta política traduz uma postura mais firme do governo brasileiro em recusar ou ceder a pressões.

Essa política é uma mudança de atitude na mentalidade de orientações da diplomacia brasileira que historicamente tendiam a concordar com os Estados Unidos, assumindo a máxima de que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Amorim (2021) explica que a política externa era altiva no sentido de reagir a uma agenda de fora, mas também colocar seus interesses na agenda (...) e ativa no sentido das tomadas de iniciativa. Segundo o ex-chanceler brasileiro, precisamos ser protagonistas em função da defesa de certas posições e na atração de outros países para aderir a posição do Brasil.

O caso das relações entre Brasil e Irã no segundo governo Lula faz parte da Política Externa Ativa e Altiva de Celso Amorim em que o Brasil buscava incorporar um perfil mediador, protagonista nas relações internacionais, buscando posições estratégicas nas esferas globais. Poucas situações diplomáticas ilustram de modo tão claro as potencialidades e as limitações do poder brando quanto o processo que culminou na Declaração de Teerã de 17 de maio de 2010 (AMORIM, 2010, p. 14). A Política Externa Brasileira até aquele momento não

havia se projetado enquanto uma potência global, capaz de propor e articular soluções. A visão do Brasil ainda se encontrava limitada pelos parâmetros de uma potência média capaz de estabelecer apenas influências limitadas, condizente somente às esferas de influência regional. Uma política externa mais independente dos interesses norte-americanos e mais centrada nos pontos estratégicos da economia e geopolítica brasileira requer uma capacidade de negociação e flexibilidade maior da diplomacia brasileira.

Sobre as investidas em expandir a zona de influência brasileira para outras regiões, neste estudo trataremos sobre a projeção brasileira no Oriente Médio (2007-2009). Acerca deste tema, Amorim revela em sua obra quais eram as intenções do país na aproximação com países do Oriente Médio:

Inicialmente, os objetivos desse “pivô árabe” se revestiam de uma aparência predominantemente comercial, mas a aproximação com os países árabes tinha uma dimensão política que certamente não escapava ao presidente. A busca de mercados diversificados e o esforço para consolidar a multipolaridade se somaram ao anseio legítimo do Brasil por maior participação em questões relacionadas à paz mundial. Do ponto de vista de nossa política externa, a expansão do nosso relacionamento com uma região do mundo até então relativamente pouco explorada pela diplomacia brasileira abria avenidas para o tratamento de temas multilaterais de grande interesse para nosso país, como as negociações da OMC e a reforma do Conselho de Segurança da ONU (AMORIM, 2015, p.125).

A busca de novos mercados pelo Brasil, especialmente no Oriente Médio, chama atenção de diversos atores políticos. Essencialmente sustentar uma política diplomática que buscasse negociar o perfil da dependência do Brasil em relação a outros países não fora uma missão fácil. Quando investigamos as discussões do legislativo brasileiro sobre o Acordo de Teerã, a proposta da política externa autônoma de Celso Amorim é confrontada por parlamentares da oposição com preocupações. A oposição parlamentar no geral observa a associação do Brasil com o Irã como maléfica para o Brasil. O Irã é visto como um país perigoso e ameaçador, nestes termos a oposição justifica que o Brasil deveria adotar uma posição mais cautelosa e em uma percepção mais alinhada às diretrizes estadunidenses, entreguista a influência norte-americana.

2. A Política Externa Brasileira

2.1. A Política Externa Ativa e Altiva

A Política Externa Ativa e Altiva ratifica a soberania, a autodeterminação do Brasil perante os outros países. O fundamento principal desta política reflete no exercício pleno no

processo de tomada de decisões do Brasil, visando manifestar as capacidades de autogestão e independência brasileira nas relações internacionais, se afastando de uma política subserviente às potências hegemônicas. As demonstrações de defesa da capacidade brasileira de resolver conflitos, se projetar, influir no poder, sem a preocupação de uma anuência expressa dos países hegemônicos. Amorim observa nesta investida a importância de não abdicar de nossa capacidade de julgar por nós mesmos ou delegar nossas decisões aos mais poderosos, por temor de um suposto isolamento (AMORIM, 2011, p. 275).

Sob este princípio de uma política não temerária, segundo Cervo (2010 apud Ferreyra, 2018), o objetivo desta política permeia o envolvimento do Brasil nas “estruturas hegemônicas” das grandes potências, como forma de fazer parte do jogo das reciprocidades internacionais, bem como do comando e os benefícios que dela se derivam. Se tornar um ator relevante nas relações entre os países em que neste exercício de demonstração de poder, o Brasil deixaria claro e evidente a sua influência e perfil independente da esfera de influência das grandes potências como é o caso dos Estados Unidos.

De acordo com Ferreyra (2018, p. 26) a teoria das “estruturas hegemônicas de poder” foi desenvolvida em publicações do ex-secretário geral do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2005), que teve influência direta na elaboração desta “grande estratégia”.

Por meio desta estratégia o Brasil se colocaria perante as estruturas internacionais com um participante assíduo, defendendo seus próprios interesses, principalmente a partir da resolução de conflitos. Para designar mais concretude a esta grande estratégia brasileira, Norma (2014, p. 195) esclarece que as relações exteriores foram pautadas na cooperação Sul-Sul, na diversificação de parcerias e o maior protagonismo internacional do Brasil. Neste sentido, como forma de atrelar este tipo de cooperação à relevância brasileira na esfera internacional, o país foca nos esforços de estabelecer relações com países do Sul Global na região do Oriente Médio. De acordo com Ferreyra (2018, p. 26), o Brasil não ficou alheio às questões de segurança em regiões como o Oriente Médio, entendido como lócus relevantes de expressão do *hard power* das grandes potências internacionais.

O interesse brasileiro não passaria despercebido pelas forças internas. Setores que tradicionalmente pautam as agendas da opinião pública se preocupam com as repercussões da autonomia brasileira para a própria imagem do país no exterior. A comunicação das estratégias governamentais com os demais poderes, a mídia e com a sociedade se tornou condição primordial para que não se levantasse tantas desconfianças. De forma geral, havia uma percepção de que o Brasil estaria se isolando com essa estratégia, enquanto o governo

contra-argumentava demonstrando que teria capacidade e interesse para resolver conflitos de grau elevado.

Este é um problema complexo, distante do Brasil, pelo menos do ponto de vista geográfico. Não havia tampouco uma tradição maior de envolvimento do Brasil em questões desse tipo. A resposta mais óbvia é que a projeção que o Brasil ganhou nos últimos anos (que precederam o governo Lula) se acentuou muito durante o governo do presidente Lula (AMORIM, 2011).

Neste sentido, a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio precisava se legitimar a partir do diálogo do convencimento de que apesar do distanciamento do país até aquele momento com a região ou com os conflitos em si, era extremamente necessário se projetar, demonstrar interesse, se colocar à disposição, para que o país fosse considerado por outros países como indispensável. Essa posição se reafirma quando verificamos a assiduidade com que o Brasil foi recolocado nas mesas de diálogo e negociações no terceiro governo Lula (2023), na participação brasileira na guerra da Ucrânia como um mediador pela paz.

2.2. PEB para o Oriente Médio

A aproximação do Brasil com o Irã se materializa a partir do momento em que o país sul-americano já estava inserido dentro do diálogo com problemáticas envolvendo a região do Oriente Médio. A PEB de Lula para o Oriente Médio foi marcada pelos acordos multilaterais como a Cúpula da América do Sul-Países Árabes (ASPA⁵), os acordos comerciais entre o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e Oriente Médio e a Declaração de Teerã (2010) (SOUZA, 2018, p. 132, tradução nossa). Enquanto parte desta estratégia, a Declaração de Teerã tem algumas particularidades políticas importantes, sendo que a negociação turco-brasileira sob o programa nuclear iraniano foi um dos focos mais polêmicos da política externa do governo Lula. Nas próximas laudas iremos explorar os principais pontos de incompreensão desta iniciativa.

Iniciaremos nos debruçando nas motivações brasileiras. Por que o Oriente Médio entrou no radar da política externa independente de Amorim? Em relação aos objetivos manifestos pelo governo brasileiro, no nível estratégico é imprescindível observar alguns princípios basilares:

Em relação à política externa dos governos Lula (2003-2010) os pontos iniciais foram a independência nacional, posição contrária à dominação imperialista, respeito à autodeterminação dos povos, solidariedade com os países latino-americanos. Em relação ao Oriente Médio, ela apresentou cinco papéis principais, sendo eles, a ponte entre povos e regiões, defensor da paz e direitos humanos, agente promotor de assistência humanitária, agente criador de arranjos

⁵ A ASPA inclui todos os países da América do Sul, 22 países árabes países e foi projetado pelo Brasil (SOUZA, 2018, p. 132, tradução nossa).

políticos, e mediador de conflitos (NOTARI, 2017 apud SCHUTTE et al., 2020, p.110).

Nesta expectativa, o Brasil traça principalmente o objetivo de se tornar um ator relevante enquanto mediador de conflitos, e Souza (2018, tradução nossa) avalia que a principal motivação das visitas de Lula ao Oriente Médio é resultado de uma estratégia política que tem o intuito de ampliar sua projeção internacional e aumentar a possibilidade do país de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança Conselho das Nações Unidas.

Nas relações comerciais, o país vislumbrou ampliar mercados, atrelando aos interesses econômicos a possibilidade de ampliação das exportações brasileiras, e a partir das negociações surgiram novas possibilidades para que as produções brasileiras alcançassem novos mercados, aumentando as exportações e expandindo a economia brasileira.

É bastante visível o aumento do fluxo comercial entre o Brasil e os países árabes, em que sobressaíram saldos positivos para o Brasil resultantes de várias iniciativas, entre as quais é possível atribuir importância, ainda que sem precisá-la, às Cúpulas ASPA, às viagens presidenciais aos países do Oriente Médio (SOUZA, 2014, p.200)

No entanto, é preciso destacar que apesar da estratégia robusta para criar as condições necessárias de expansão da influência política e econômica brasileira, alguns setores desconfiaram das intenções do gigante sul americano. O sustento desta expansão se manifesta a partir do perfil pacifista do Brasil, enquanto um país que não necessariamente teria interesses diretos no envolvimento destas questões mas que anseia uma posição de destaque para a pacificação mundial.

Uma das principais medidas do governo Lula em relação ao Oriente médio foi de defensor da paz e direitos humanos, chegando a afirmar em 2010, que possuía o “vírus da paz”, polêmicas como a invasão do Iraque e a questão Israel-Palestina sempre foram tratadas sob a ótica pacifista. Seguindo esses preceitos o Brasil promoveu séries de ações com cunho assistencial humanitarista na região, concentradas na Palestina, além disso, desenvolveram-se novos acordos políticos e diplomáticos, como, a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) que teve como objetivo criar novos laços com os líderes das duas regiões em busca de uma aproximação política, econômica e cultural (NOTARI, 2017 apud SCHUTTE et al., 2020, p.110).

Dentro desta perspectiva pode-se inclusive destacar a posição brasileira em relação à invasão e reconstrução do Iraque. O Brasil não demonstra interesse em participar da guerra ao terror ou envolvimento das suas empresas na reconstrução do Iraque, traçando este perfil de um país que não movimenta sua economia a partir da guerra como foi o caso dos Estados Unidos. O Brasil se projeta como um pacifista, que acima dos interesses individuais era necessário o diálogo, colocando o país sul-americano no intermédio dos litígios globais.

2.2.1. As relações Brasil e Irã (2007-2010)

O litígio do programa nuclear iraniano em conjunto com as tentativas de intermediário do Brasil (entre 2007 e 2010) é um dos momentos de maior aproximação entre Brasil e Irã na História recente. Elegemos este assunto em especial tendo em vista as repercussões e o que esse caso pode nos fornecer em relação aos acirramentos e enfrentamentos destacados para a promoção de uma política externa autônoma.

Esta defesa vem em consonância com o papel que o Brasil teria em denunciar as estratégias discriminatórias que os países postulam para restringir o acesso à energia nuclear e ao desenvolvimento de determinados estados ou regiões. O Brasil também passou a reclamar que as inspeções da AIEA estavam cada vez mais intrusivas, beirando à espionagem industrial, tanto que em 2004 fez restrições às mesmas realizadas no Rio de Janeiro (REIS DA SILVA, 2010 apud CAETANO, 2014, p.120). Em conformidade com estas restrições propostas pela AIEA, Baghdadi (apud XADREZ VERBAL, 2016) adiciona que a ação em defesa ao programa iraniano também advém do fato de que no ano de 2006 os Estados Unidos, no governo Bush, começaram a questionar o próprio programa nuclear brasileiro.

Neste contexto de pressões por inspeções, o Brasil temendo que dados confidenciais do seu programa nuclear fossem acessados por terceiros e que informações sigilosas pudessem beneficiar países com interesse neste tipo de tecnologia, a diplomacia brasileira começa a se empenhar nesta prerrogativa da autoridade que os países possuem para dominar a tecnologia nuclear em fins pacíficos.

Em 2007 se iniciam as primeiras tratativas com o Irã e neste contexto de aproximações, destaca-se justamente o acordo firmado entre Brasil, Turquia e Irã que visava estabelecer a troca de combustível em território turco a fim de intermediar a questão nuclear iraniana. Alguns anos posteriores, no dia 17 de maio de 2010, foi firmado o acordo de Teerã, que só foi possível a partir da aproximação e do diálogo entre os dois países. Sobre este assunto, em 2019 Lula destacou em entrevista⁶ que nenhum dos países que compõem o Conselho de Segurança da ONU mantinha conversas com o então presidente do Irã na época, Mahmoud Ahmadinejad.

Segundo Amorim (2011, p. 282) havia um problema básico nas tentativas anteriores de

⁶ Consideramos a entrevista concedida pelo Opera Mundi (2019) que Lula esclarece que em uma reunião do G20 ele se dirigiu aos líderes dos países europeus como França e Alemanha indagando se existiam relações de diálogo entre estes países e o governo de Ahmadinejad. A resposta negativa gerou a reflexão do então presidente Brasil sobre “como encontrar um caminho de paz se vocês não conversam com a pessoa?”. O presidente sul americano toma a iniciativa de conversar com o Presidente Ahmadinejad .

resolver a questão: o não reconhecimento pelos países do Ocidente do direito iraniano não só de ter um programa pacífico, mas de enriquecer urânio. O Tratado de Não-Proliferação ou a Agência Atômica não proibiam o Irã em nenhum dos casos. O Brasil passa a defender a postura de que, se haviam dúvidas, elas deveriam ser esclarecidas, se houvesse necessidade de mais inspeções, deveria haver mais inspeções, mas a ausência de reconhecimento do direito iraniano tornava qualquer solução para o problema impossível (AMORIM, 2011, p. 282).

Os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013) representaram uma transformação na política externa de seus países. Implementaram uma diplomacia mais assertiva com o objetivo de ampliar a projeção internacional de seus Estados por meio de esforços na diversificação de suas relações exteriores (SOUZA, 2018, p.120, tradução nossa).

As negociações sobre a proposta do acordo precederam um pouco a vinda do presidente Ahmadinejad ao Brasil, sendo que esta havia sido feita em setembro ou outubro de 2009 (AMORIM, 2011, p. 285). O Brasil no entanto não surge com a iniciativa de forma inesperada, pois além de atrelada aos objetivos de uma política externa que buscava projetar o país como impactante nos litígios globais, a inserção do Brasil ao tema propriamente dito é feita com anuência de um pedido do Presidente Obama⁷. O presidente americano afirmou que, como um parceiro comercial próximo do Irã, o Brasil teria condições de exercer uma influência para impedir que o país consiga desenvolver armas nucleares (BBC NEWS, 2009).

Em termos gerais, o Brasil defendeu a posição de que segundo o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) o Irã teria direito de desenvolver determinados eixos de condução na sua matriz nuclear. Nos termos da declaração de Teerã estão ratificados as seguintes afirmações:

Reafirmamos nosso compromisso com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, de acordo com os artigos relevantes do TNP, recordamos o direito de todos os Estados-Parte, inclusive a República Islâmica do Irã, de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear (assim como o ciclo do combustível nuclear, inclusive atividades de enriquecimento) para fins pacíficos, sem discriminação. (G1, 2010)

Esta é a principal fonte da argumentação brasileira em defesa do Irã. Independentemente das desconfianças e do dilema do uso da tecnologia nuclear, o direito do governo iraniano deveria ser respeitado, salvo se houvesse materialidade e comprovação expressa de que o Irã estaria utilizando seu programa nuclear com objetivos beligerantes ou alheios à paz. Tanguy Baghdadi em entrevista ao programa Xadrez Verbal (2016) esclarece que o Brasil sustentou a alegação de que determinados países estariam colocando sanções

⁷ Obama pede que Lula ajude a convencer o Irã a abandonar o programa nuclear (BBC NEWS, 2009). Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090709_lulaobamaira_rw

contra o Irã porque o país supostamente estaria querendo ter um programa nuclear para fins militares, mas enquanto não se prova isto estes países estariam passando por cima do direito de defesa.

Neste sentido, respaldado nos princípios da soberania dos estados, seguindo as afirmações do tratado de não proliferação, o Brasil torna evidente que o Irã estava sendo prejudicado por motivos alheios à questão nuclear em si. O Irã estaria sendo desmotivado a negociar um programa nuclear pacífico, orientado pelas agências internacionais em razão das desconfianças, sanções e pessimismo das potências globais.

Para Baghdadi (apud XADREZ VERBAL, 2016) o litígio iraniano alcança o Brasil justamente porque de acordo com essa lógica, a perseguição poderia valer para qualquer estado que tenha um programa nuclear para fins pacíficos, incitando que eventualmente este estado poderia se tornar um detentor de armas nucleares. Neste sentido, o pesquisador coloca em evidência um dos principais interesses nacionais em questão, a própria relevância para o Brasil em defender o direito dos países que exploram a energia nuclear para fins pacíficos.

Celso Amorim (2011, p.286) trata que na medida em que se intensificava a cooperação - sobretudo comercial - com os iranianos, abria uma margem maior de interesse em contribuir para resolver a questão nuclear. A possível intermediação brasileira estava sendo viabilizada justamente porque o Brasil não possuía um histórico político conflituoso com o Irã, ao contrário dos Estados Unidos, que teria uma longa trajetória antagonica com o Estado persa.

Nos termos da Declaração de Teerã estão expressos os seguintes princípios norteadores: “Acreditamos que a troca de combustível nuclear é instrumental para iniciar a cooperação em diferentes áreas, especialmente no que diz respeito à cooperação nuclear pacífica, incluindo construção de usinas nucleares e de reatores de pesquisa” (G1, 2010). Promover o diálogo e favorecer o ambiente para novas cooperações demonstra que o Brasil estava se preparando para assumir uma postura de racionalização das relações com o Irã, assumindo um protagonismo em que os atores adjacentes teriam que passar pelo Brasil ou ao menos reconhecer os méritos brasileiros. Evitar os confrontos com países que fazem o uso pacífico da energia nuclear estaria de acordo com os termos do TPN.

Amorim narra que “começaram um diálogo muito intenso com a Turquia, que tem uma situação geopolítica-chave nesse assunto, é um país vital para o encaminhamento dos problemas do Oriente Médio” (AMORIM, 2011, p.290). A Turquia é elementar nesta equação, uma vez que se a proposta evidentemente fosse perigosa, isto feriria os interesses diretos da própria Turquia, a proximidade com o Irã e as disputas regionais são alguns dos

fatores que creditam legitimidade para que os turcos tenham peso considerável no acordo.

O Irã notificará a AIEA por escrito, por meio dos canais oficiais, a sua concordância com o exposto acima em até sete dias após a data desta Declaração. Quando da resposta positiva do Grupo de Viena (EUA, Rússia, França e AIEA), outros detalhes da troca serão elaborados por meio de um acordo escrito e dos arranjos apropriados entre o Irã e o Grupo de Viena, que se comprometera especificamente a entregar os 120 quilos de combustível necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã. (G1, 2010).

O Brasil também se resguarda em relação ao comprometimento da segurança internacional incorporando responsabilidades às partes envolvidas. No entanto, apesar do engajamento turco-brasileiro, a proposta da Declaração de Teerã é sabotada inclusive pelos americanos, que inicialmente foi instigada por Obama ao incentivar o diálogo iraniano-brasileiro.

A Declaração de Teerã é um possível estudo de caso em que as atitudes de países, em especial, de seus líderes transparecem por meio de um catalisador muito específico: o “acordo de troca”, proposto inicialmente como instrumento de criação de confiança em torno do programa nuclear iraniano e depois renegado pelos próprios proponentes como uma manobra dilatória do Irã em que o Brasil e Turquia foram apontados como vítimas inocentes da “perfidia” de Teerã (AMORIM, 2015, p. 10).

Essa dimensão da importância dos Estados Unidos traduz a relação de poder que estava em jogo e que em diversos momentos os Estados Unidos tomaram medidas unilaterais para defender seus interesses ou para proteger melhores condições de barganha em uma mesa de negociação contra o Irã. O autor Luiz Alberto Bandeira no livro “As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos” reitera que os Estados Unidos, no pós-Guerra Fria, tornaram-se mais unilaterais em suas atitudes em relação ao resto do mundo. A política americana de pressionar o acordo turco-brasileiro passa por esta característica, da influência do poder único. O Brasil, no entanto, à época vislumbrava um mundo mais multipolar e equânime. A partir das relações sul-sul estabelecendo maior autonomia para o Sul Global negociar seus próprios problemas, o Brasil revelava suas próprias potencialidades comerciais e mediadoras.

O ambiente de sanções impostas ao Irã, sobretudo pelos Estados Unidos, cerca novamente o país persa e neste caso, a posição brasileira também começa a ser esvaziada. Amorim (2011, p.286) julga difícil precisar quando exatamente a atitude norte-americana começou a privilegiar o caminho das sanções, mas ele indica que certamente o calendário eleitoral terá tido seu peso nessa mudança (AMORIM, 2011, p. 286). Nos seus relatos, o ex-chanceler menciona duas situações específicas que identificaram essa mudança de orientação dos Estados Unidos em respaldar a proposição brasileira: a vinda da secretária de

Estado ao Brasil em 3 de março de 2010⁸ e durante a Cúpula sobre Segurança Nuclear, em que Obama parecia igualmente cético e impaciente com o Irã⁹ (AMORIM, 2011, p.287)

Apesar desta mudança no posicionamento da cúpula americana, o jornal Folha de São Paulo de 27 de maio de 2010, revelou uma carta¹⁰ enviada pelo então Presidente Obama para o seu homólogo brasileiro. Nesta carta, o presidente Obama anuncia a observância ao posicionamento brasileiro destacando que a problemática com o Reator de Teerã representava uma oportunidade para abrir caminho a um diálogo mais amplo no que tange a resolver preocupações mais fundamentais da comunidade internacional (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

É imprescindível levar em consideração que a colocação dos Estados Unidos não reflete a opinião de um bloco coeso e homogêneo, mas é preciso verificar uma série de condições políticas que alteram como um todo o discurso norte-americano sobre este tema. Em seus relatos, Celso Amorim descreve que Hillary Clinton enfatizou a desconfiança em relação aos dirigentes do Irã. Mais uma vez, disse que as autoridades iranianas, “valendo-se de nossa boa-fé, faziam promessas que não pretendiam cumprir.” (Amorim, 2015, p. 62). Dialogando com outras declarações do Presidente Obama, Amorim demonstra que não havia consenso na cúpula americana quanto ao grau de desconfiança em relação aos iranianos. Dantas (2022, p. 134) observa mesmo as mudanças de direcionamento de Obama em relação ao tema:

Apesar do otimismo inicial, depois de vários desencontros diplomáticos, Obama acabou prorrogando as sanções impostas ao país persa, pois, segundo ele mesmo, o Irã seria “uma tremenda dor de cabeça” para o seu governo, já que o acelerado programa nuclear do referido país ameaçava transformar uma situação ruim numa crise (OBAMA, 2020, p. 467 apud DANTAS, 2022).

Nestes relatos, o chanceler escreve que para Clinton havia uma natureza malévola suspeita, indicado pela falta de compromissos formais do Irã, mesmo após diálogos com o Brasil ou até a China em relação ao tema. Por outro lado, em um primeiro momento Obama

⁸ Segundo o jornal TV Brasil Gov, na ocasião Hillary Clinton, então Secretária de Estado (Estados Unidos), teria sinalizado que o Irã não estava colaborando e por isto ela acreditava que o diálogo só viria depois de sanções aplicadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (TVBRASILGOV, 2010).

TVBRASILGOV. **Hillary assina acordos com Celso Amorim.** YouTube, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8nZca83sQNE>

⁹ Como resposta ao pacote de sanções e a hostilidade estadunidense, de acordo com o jornal Al Jazeera, dias depois o governo iraniano instituiu o evento "*Nuclear Energy for All, Nuclear Weapons for No one*" - energia nuclear para todos, armas nucleares para ninguém (em tradução livre) - AL JAZEERA. **Iran to hold new nuclear conference.** You Tube, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9wdWLM6ag2M>

¹⁰Jornal Folha de São Paulo traduz a carta de Barack Obama a Lula sobre acordo com o Irã <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/741132-leia-integra-traduzida-da-carta-de-barack-obama-a-lula-sobre-acordo-com-o-ira.shtml>

em entrevistas demonstra sua visão de mundo de forma mais pragmática, adjetivando os iranianos não como impulsivos, mas estratégicos, pois suas ações objetivam a conquista dos interesses nacionais do Irã.

Dos impedimentos circunstanciais ao acordo de Teerã, em entrevista ao Opera Mundi (2019), Lula explora a mudança na política americana, declarando que “a Hilary Clinton era contra a aproximação entre Irã e Brasil (...) argumentando que os iranianos eram mentirosos (...) e que o Lula seria ingênuo”. Amorim corrobora com esta visão ao afirmar que “as tentativas que fizemos eram em geral consideradas uma intromissão desnecessária e perigosa em temas que não nos diziam respeito” (Amorim, 2015, p. 103). Esta ingenuidade do Brasil em relação ao Irã é bastante explorada pela narrativa estadunidense, apesar da incredibilidade e desconfiança, perante uma parte da comunidade internacional, em razão de questões históricas e políticas, ao Irã não era creditado o benefício da dúvida.

Da posição iraniana, com relação à proposta turco-brasileira, Amorim relembra que a explicação dada para o recuo consistia no fato de “os países ocidentais (...) fizeram um grande alarde político em torno do possível retardamento do programa nuclear iraniano” (AMORIM, 2011, p. 289). Sem o aval das potências ocidentais, o Irã sofreu diversas reações internamente, aumentando a pressão sob o acordo. É possível observar que sem a anuência dos Estados Unidos, a Declaração de Teerã não conseguiu alcançar os efeitos desejados. Anos mais tarde, algo neste mesmo sentido aconteceu com a saída do Estados Unidos do *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) em 2018, ação que interrompeu e gerou vários entraves para o acordo nuclear com o Irã. Naquelas circunstâncias, mesmo com a permanência de Reino Unido, França, China, Rússia e Alemanha, o acordo sofreu diversos entraves e interrupções.

Assumindo posições discriminatórias em relação a interferência brasileira gerou reações na comunidade internacional. As sanções econômicas contra o Irã conturbaram o ambiente de negociações e gerou mais desconfianças sobre as incertezas da viabilidade do acordo. “A arrogância dos P5 (...) terá prevalecido sobre os esforços pacifistas de dois outsiders. O sistema político mundial ainda não foi capaz de absorver as mudanças (...) na geometria do poder” (AMORIM, 2015, p. 91).

De certo modo, são perceptíveis as falhas de comunicação entre o governo, o legislativo, os meios de comunicação e a sociedade brasileira. Não ficou claro para parte dos meios de comunicação e base parlamentar quais eram os reais interesses do governo brasileiro em estreitar os laços com o Irã. A estratégia de comunicação mais horizontal poderia abrir espaço para que essas e tantas outras relações com países da América do Sul, Caribe e África

se convertessem em justificativa de polo de investimentos.

3. O Irã e o programa nuclear

3.1. Irã do século XX

Localizado nas proximidades da Ásia Central, o Irã é um dos países mais relevantes na geopolítica do Oriente Médio. Em 1903, foram descobertos lençóis de petróleo no Irã, chamando atenção das potências e, por conta disso, em 1907, ainda que essa fosse soberana, seu território foi dividido em zonas de influência (PECEQUILO, 2009 apud CAETANO, 2014, p. 16). Ao longo do século XX, o Irã enfrentou intensas intervenções das potências ocidentais que vislumbravam dentro da dinâmica imperialista explorar e controlar o petróleo local.

Devido à sua posição estratégica e vastas reservas de petróleo e gás natural, o Irã era alvo de disputas entre Grã-Bretanha e União Soviética durante o período da Primeira Guerra Mundial (MULLER, 2019, p.6). Em 1925, os ingleses com apoio dos nacionalistas derrubaram o Império dos Qajars e estabeleceram a dinastia Pahlevi, consolidando seus interesses petrolíferos e menosprezando os sentimentos nacionalistas em ascensão (VICENTINI, 2014, p. 9). Os nacionalismos que emergiram em vários países do Oriente Médio conflitavam diretamente com os interesses britânicos.

Espelhando-se em Mustafá Kemal Atatürk, que empreendia uma forte ocidentalização na Turquia, o novo Xá desejava “modernizar” o país (a partir de uma ótica ocidental) e promover a independência iraniana. Assim, o regime de Pahlevi estabeleceu um código civil e penal baseado em modelos europeus e o ensino laico nas escolas. Tais ações foram tomadas como grande afronta pelos ulama (elite religiosa de estudiosos do islã), assim como por boa parte da população que sentia sua tradição e cultura sendo sistematicamente oprimidas (MULLER, 2019, p.6)

Tanto Ataturk na Turquia, como Reza Shah, da Pérsia, basearam suas políticas no nacionalismo étnico enraizado no passado, como forma de legitimação (VICENTINI, 2014, p. 9). A liderança do Xá era extremamente favorável e entreguista na agenda ocidental. Reza Pahlavi desenvolveu um projeto secular, anticlerical, que converteu a Pérsia no país mais aberto e ocidentalizado da região (DANTAS, 2022, p. 15)

As tensões entre a política e a religião ganharam contornos dramáticos a partir do século XX, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, quando a soberania da Pérsia como estado foi ameaçada pelo imperialismo ocidental (DANTAS, 2022, p. 16). No

entanto, apesar de aliado, o Xá era admirador de Hitler e adotava uma política externa controversa em relação à Inglaterra e União Soviética (...) então ele foi persuadido pelo governo inglês a deixar o poder em troca de proteção pessoal (DANTAS, 2022, p.16). O novo Xá Mohammad Reza Pahlavi se alinha ao bloco capitalista ocidental, porém essa distensão é interrompida com a chegada de Mohammad Mossadegh, eleito primeiro-ministro em 1951 com uma plataforma de governo nacionalista (DANTAS, 2022, p. 6).

A intransigência da Anglo-Iranian Oil Company (AIOC) e a falta de capacidade do governo iraniano em negociar um contrato para a exploração de petróleo que favorecesse o país colocou a questão petrolífera no centro do debate da opinião pública. Assim, o nacionalismo ganhou força, e permitiu a ascensão de Muhammad Hedayat Mossadegh ao poder iraniano (BAGHDADI, 2009, p.61)

Em 1951, o governo de Mossadegh nacionalizou as jazidas de propriedade e controle britânicos em Abadan (ANDERSON, 2013, p. 68). Apavorados com a nacionalização do petróleo, os britânicos encabeçam um golpe de Estado no Irã, desenvolvido pelos Estados Unidos. A Agência Central de Inteligência (CIA) organizou o golpe de Estado que derrubou o premier iraniano, em 1953.

O Irã não era somente o segundo maior produtor de petróleo do mundo, ele estava diretamente ao lado da URSS e abrigava o único movimento comunista na região, com um significativo contingente de seguidores, no rescaldo da guerra (ANDERSON, 2013, p. 68). Os Estados Unidos entram na dinâmica da geoestratégia iraniana no século XX ao perceberem a relevância daquele território para os avanços da União Soviética. O Irã era uma das possibilidades de fronteira de acirrada disputa entre os dois blocos.

Após a derrubada de Mossadegh, o Xá Reza Pahlevi ganhou força e passou a governar de forma ditatorial e centralizada, com apoio dos Estados Unidos (BAGHDADI, 2009, p.63). A dinastia Pahlevi direciona o nacionalismo iraniano para uma versão atrelada ao capital, aos interesses políticos e à cultura estadunidense. Com a queda de Mossadegh e o restabelecimento do poder pelo Xá do Irã passou a atuar como um verdadeiro satélite geopolítico dos Estados Unidos na região (DANTAS, 2022, p.132)

Aliado aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, o Xá submetia a soberania iraniana em relação ao petróleo aos estadunidenses ao mesmo tempo em que servia de aliado ao capitalismo ocidental em um mundo de disputa bipolar. Reza Pahlevi possuía o maior e melhor exército dos países muçulmanos, aliado ao esquema militar de Washington como guardião do Golfo e da fronteira Sul da URSS (VICENTINI, 2014, p.29).

Iniciada pela dinastia Pahlavi, a ocidentalização da cultura é promovida de forma desigual e heterogênea no Irã, restrita principalmente a uma elite majoritariamente

proveniente de Teerã e que certamente buscava seus marcadores de diferenciação perante a população iraniana. Baghdadi (2009, p.64) resalta como forma de se mostrar um Estado mais próximo do ocidente, o Xá deu ênfase à identidade persa do Irã, em detrimento da identidade muçulmana xiita.

O afastamento da aristocracia iraniana de uma das bases fortes do islã na região, o xiismo, aliena a elite em relação às demandas e os debates populares. Nas décadas de 1960 e 1970 intelectuais xiitas apontaram o Islã como um caminho de independência cultural e antídoto contra elementos da cultura ocidental vistos como incompatíveis com a cultura local (TRAUMANN, 2016, p. 68). Estes clérigos iranianos tem sua própria vertente de sentimento antiamericano e anti-imperialismo estadunidense.

Por causa das perseguições do regime do Xá, uma das sementes da revolução de 1979 é gerada dentro das mesquitas, espaço em que o debate público se torna efervescente e hostil às políticas consideradas estranhas aos valores religiosos. O grande problema do regime era a mais absoluta falta de estofamento ideológico, de uma identificação com seu povo, a corte iraniana que remetia ao passado persa e a ocidentalização forçada do país tornava a elite local uma entidade alienígena (TRAUMANN, 2016, p. 68).

O assassinato de John Kennedy e a eclosão do conflito do Vietnã levaram os EUA a uma política externa marcada mais pela preocupação com a defesa dos interesses norte-americanos do que com o auxílio aos aliados no Terceiro Mundo (TRAUMANN, 2016, p.65). Essa alteração na política americana ajudou no processo de fragilização do Xá. Pollack (apud TRAUMANN, 2016, p.65) adiciona que houve um fortalecimento da oposição e a perda do controle sobre os planos megalomânicos do Xá de colocar o Ira entre as três maiores potências militares do mundo.

O fortalecimento da oposição consubstancia a Revolução Iraniana, inicialmente marcada pela pluralidade ideológica, paulatinamente os intelectuais xiitas sequestram as rédeas da revolução e transformam em uma revolução islâmica. Em fins de 1978, as ruas das principais cidades do Irã enchiam-se de manifestantes que lançando vivas ao Imã Khomeini, reclamavam o fim do governo, uma monarquia encabeçada pelo Xá Mohammed Reza Pahlevi (COGGIOLA, 2008, p. 17). As manifestações que desembocaram na Revolução Iraniana de 1979 são uma das memórias recentes do mundo sobre o país.

Figuras como o Aiatolá Khomeini se tornam globais, ficando conhecidos os anseios de uma ala religiosa politizada do país pelo retorno do líder ao Irã. Exilado na França por perseguição política, Khomeini ofereceu raras aparições para a imprensa local ou dita

ocidental. Seu retorno ao Irã e comemorado por uma multidão energética, o clérigo xiita representa a personificação do antagonismo ao regime do Xá.

Conforme a revolução se estende o próprio termo xiita se populariza no Brasil como sinônimo de radicalismo, demonstrando que tipo de imagem se tinha da revolução e da religião. Curiosamente, vale ressaltar que a maioria dos grupos terroristas que habitam o imaginário ocidental, como o Taleban, Al Qaeda e mais recentemente o Daesh, não possuem raízes xiitas, mas sunitas (SANCHES, 2021, p.13). A Arábia Saudita, monarquia com bases religiosas da vertente wahabita sunita, é uma das nações acusadas de financiar ou projetar grupos terroristas (inclusive local de nascimento e onde reside a família de Bin Laden), mas não é tida como tão extremista por vários setores da mídia justamente por este tipo de imagem que se construiu em torno da demonização dos xiitas. O equívoco conceitual não impediu que o termo fosse transferido para o núcleo figurativo da representação social do terrorismo e se tornasse de uso comum na esfera pública e midiática (SANCHES, 2021, p.13).

Um dos termos que mais se relaciona com a imagem do Aiatolá Khomeini é de “fundamentalista”. Traumann (2016, p.71) explica que “este conceito foi tantas vezes aplicado a Khomeini que “pegou”, porém se trata do uso de um rótulo criado pelos protestantes norte-americanos do século XIX.”

Outra questão apontada pelo autor sobre o termo fundamentalista é que “Khomeini não aplicou a sharia em sua totalidade, tal qual faria um típico fundamentalista, permitindo influências ocidentais como a divisão dos três poderes, o líder não mostrou aversão às novas tecnologias, por exemplo do uso de fitas cassete” (TRAUMANN, 2016, p.71).

Poucos anos após a instauração do novo regime, a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) continua a desestabilizar a região. Washington se associa aos Iraquianos para enfraquecer o primogênito estado islâmico iraniano. Apesar das inúmeras tentativas de sabotagem, os Aiatolás se consolidam no poder.

A Revolução Islâmica de 1979 foi a expressão de forças profundas na sociedade persa. Por isso, cada vez que a Agência Central de Inteligência (CIA) tentou conduzir um golpe contra o regime, fracassou. Apesar das duras sanções econômicas, os iranianos parecem ter aderido à Revolução, e provam isso toda vez que os EUA tentam chacoalhar o sistema internamente (MOURAD, 2022).

As primeiras impressões de que o Brasil tem acesso sobre os novos líderes iranianos são essas: já se avizinha um regime violento e autoritário. “A mídia, ávida de sensacionalismo, alimentava uma imagem de hordas fanáticas e antiocidentais, a maré verde, que estava sendo orquestrada por Teerã” (VICENTINI, 2014, p. 65). A imagem política do Irã se confunde com a própria imagem religiosa do Islã no ocidente, o xiismo vira o maior

expoente do que seria a ala mais radical das vertentes islâmicas nesta percepção criada pela mídia ocidental.

3.1.1 O programa nuclear iraniano

As bases para a criação do programa nuclear iraniano se iniciam a partir das relações entre Estados Unidos e governos iranianos alinhados. Em meados da década de 1950, o xá Mohammad Reza Pahlavi aderiu ao programa Atoms for Peace, oferecido pelos Estados Unidos a países interessados no uso pacífico da energia nuclear (REZAEI, 2017, p. 1, tradução nossa). “O programa nuclear iraniano pode ser entendido como um produto da Guerra Fria, considerando o estreitamento da relação com os EUA durante o início da disputa bipolar” (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:58 apud CAETANO, 2014, p. 15).

O TNP foi assinado pelo Irã em 1968 e ratificado dois anos depois, demonstrando a adesão do país ao regime internacional de não-proliferação (BAGHDADI, 2009, p. 65). Em 1976, a OEAI assina acordo com Kraftwerk Union (subsidiária da Siemens) para a construção da central nuclear de Bushehr a um custo de 7,8 bilhões de marcos alemães, dos quais 5,8 bilhões o Irã já havia pagado (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006, p. 61 apud CAETANO, 2014, p. 16)

“É impossível dizer se o programa nuclear iraniano chegou a ser interrompido após a Revolução de 1979 (...) a AIEA possui evidências de que havia atividades nucleares no Irã em 1985” (BAGHDADI, 2009, p. 69). O programa nuclear iraniano passou a chamar a atenção do Ocidente no ano de 1992 em meio à Guerra do Golfo, quando o Irã firmou um acordo com a Rússia para a conclusão do reator de Bushehr (DANTAS, 2022, p. 133)

A República Islâmica do Irã foi acusada de utilizar o programa nuclear para fins militares. Por causa das desconfianças, as instâncias de poder hegemônicas postulam medidas para controlar o arsenal nuclear iraniano.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), cujos membros permanentes são detentores da maior parte do arsenal militar nuclear, adotou a Resolução 1696 que solicitava que o Irã seguisse as determinações da AIEA a fim de comprovar a natureza pacífica de seu programa nuclear e reaver a confiança internacional (...) O governo iraniano descumpriu a resolução alegando não aceitar essa exigência. Diante disso, o CSNU passou a sancionar o Irã com vistas a retardar o progresso do programa nuclear (CAETANO, 2014, p. 10-11)

Durante a administração de George W. Bush (2001 - 2009), esse valorizou o unilateralismo e a coercibilidade os quais não foram bem recebidos pelo sistema internacional (MATOS, 2010 apud CAETANO, 2014, p. 11). Esta visão unilateral fundamentou o arsenal

de decisões dos Estados Unidos sobre a invasão do Iraque. Depois que o Iraque foi invadido em 2003, os clérigos do Irã estavam convencidos que uma intervenção estrangeira no país seria facilitada caso o país não possuísse armas nucleares (POLK, 2012; LAMPREIA, 2014 apud DANTAS 2022, p. 134).

Esta percepção do imperialismo estadunidense invadindo os países da região sob o fundamento de que estariam escondendo armas de destruição em massa é um dos grandes aportes para ascensão de figuras como Ahmadinejad no cenário político iraniano.

Essa visão foi reforçada com a chegada de Mahmoud Ahmadinejad ao poder em 2005, período em que o governo iraniano passou a defender com mais veemência o seu programa nuclear. Como resultado, as sanções se multiplicaram contra o Irã sob o governo de Ahmadinejad, “um negador do Holocausto e provocador, que ameaçava varrer Israel do mapa e insultava o Ocidente a torto e direito”(CLINTON, 2016, p. 515 apud DANTAS, 2022, p. 135).

A expansão das desconfianças e a necessidade de trazer o Irã para a mesa de negociações já foram provenientes da gestão Obama, que entendeu em um primeiro momento que era necessário incluir a diplomacia e a negociação em um embate que tem raízes profundas historicamente.

3.1.2. Desconfianças e vilanização

A revolução islâmica de 1979 no Irã e seus desdobramentos aprofundaram os acirramentos entre o Ocidente e o Oriente no final do século XX. Como já abordado no subcapítulo sobre a revolução islâmica, o governo instituído pós-revolução estava imbuído de forte sentimento antiamericano que se fundamentava em uma política de enfrentamento ao imperialismo estadunidense e britânico.

O modo como os iranianos demonstraram hostilidade aos Estados Unidos neste período serviu de suporte material para moldar uma propaganda sobre a imagem do Irã no mundo. Bandeiras dos Estados Unidos queimadas nas ruas de Teerã, gritos de guerra declarando “morte à América”, foram algumas das questões exploradas pela mídia estadunidense. Os iranianos começaram a ser retratados como povos selvagens, completamente despidos da humanidade.

Neste sentido de construção da imagem do inimigo se estabelece o princípio da diferenciação do outro em relação a si próprio. O termo bárbaro vem da Grécia Antiga para dividir a população mundial em duas partes iguais: os gregos - portanto, nós - e os bárbaros, ou seja, “os outros, os estrangeiros” (TODOROV, p. 24, 2010).

O caso da invasão norte-americana no Iraque ilustra bem como os países da região são imaginados pelo ocidente, Ali (p. 53, 2006) relata que na invasão os soldados estadunidenses tinham duas instruções contraditórias sobre o Iraque (...) se tratava de um país bárbaro, governado por árabes de turbante (puro racismo) e que o povo iraquiano estava esperando para ser liberado. No entanto, a realidade era outra, tanto não eram governados por bárbaros irracionais, quanto de um modo geral a população iraquiana se demonstrou hostil à presença norte-americana. Apesar da deposição de Hussein, os iraquianos foram extremamente críticos ao modelo de liberdade imposto pelos Estados Unidos.

Esta visão estereotipada conduziu alguns setores do exército estadunidense à práticas de tortura e atrocidades inimagináveis no Iraque. Uma visão de um povo, nação ou país bárbaro significa a materialização da demonização de um grupo, do não entendimento deste como humano. Caso semelhante se refere ao Irã, em que o governo é considerado bárbaro, irracional e que portanto não merece a confiança das grandes potências, não tem condições de sentar à mesa e negociar com o dito “mundo civilizado”.

Said em sua obra *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente* (1990), já alertava para “um determinado tipo de visão de mundo que um grupo relativamente pequeno de civis de elite ligados ao Pentágono formulou para a política dos Estados Unidos em todo mundo árabe e islâmico” (SAID, 1990, p.23). Certamente interpretações deste gênero influenciam narrativas produzidas no Brasil por propagandas, de variadas fontes, que atendem a agenda norte-americana. No campo das análises do conteúdo proferido pelos parlamentares, será necessário observar em que medidas as afirmações estão contaminadas por uma visão que converge com esta visão de mundo estabelecida pelos estadunidenses.

Mesmo observando dentro desta perspectiva política inserida na conjuntura do século XX, é imprescindível destacar que os acirramentos entre o Ocidente e Oriente se desenvolvem em um processo de longa duração. Retomando a percepção de Said (1990, p.30), a relação entre o ocidente e o oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de hegemonia complexa. Dito isto, é importante ter uma percepção crítica sobre o Oriente, para respaldar análises que versam sobre a imagem que o Ocidente criou sobre o Oriente. Neste sentido, as relações Irã e Ocidente não podem ser compreendidas isoladamente, mas dentro de uma dinâmica mais estrutural que permeia séculos de relações antagônicas.

O Orientalismo é um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo com um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou - na verdade, tornou verdadeiramente produtivas - as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura geral (SAID, 1990, p. 34).

“Ter um tal conhecimento de uma coisa como essa, é dominá-la, ter autoridade sobre ela. E, nesse caso, a autoridade quer dizer que "nós" negamos autonomia para "ele" - o país oriental -, posto que o conhecemos e que ele existe, em certo sentido, como o conhecemos” (SAID, 1990, p. 43). Neste trecho o autor se refere ao domínio Britânico sob o Egito, no entanto o mesmo pode ser considerado em torno do cerceamento da autonomia iraniana pelo Império Estadunidense.

A Revolução Iraniana foi um movimento de oposição ao Xá, de oposição ao governo de um aliado fundamental para os interesses americanos na região. Esses interesses econômicos feriam a soberania iraniana, o regime que se instala no pós-revolução tem essa natureza anti-americana porque esta é uma das raízes dos movimentos revolucionários.

Sobre os Estados Unidos, Said descreve que sua História recente e realidade presente os colocaram frente a um mundo que não aceita facilmente o seu poder e a sua predominância (SAID, 1990, p.56). O modo como os Estados Unidos ajudou a moldar a imagem do Irã pós-revolucionário está intimamente ligado ao perfil hostil e o medo de uma expansão do ideal anti-imperialista na região.

4. A atuação do Parlamento Brasileiro na Política Externa: O caso das relações Brasil e Irã no governo Lula II

As fontes coletadas da CREDN da Câmara dos deputados estavam em formato de áudio, foram transcritas e tratadas. Os trechos de maior relevância nos debates em torno da questão nuclear iraniana foram encontrados na reunião de 9 de junho de 2010 em que os parlamentares convidaram o então ministro Celso Amorim a responder questionamentos e dúvidas sobre as aproximações entre o Brasil e o Irã.

Em resposta a análise objetiva da pesquisa, foi encontrada uma reunião em que o então Ministro Celso Amorim foi convocado para prestar esclarecimento ao CREDN sobre a aproximação Brasil-Irã e o programa nuclear iraniano. Essa reunião contou com a presença de 52 parlamentares, dos partidos PSDB, PT, DEM, PDT, PP, PSOL, PPS, PSB, PSC, PRB, PR, PCdoB e PV. Dos presentes, oito (8) parlamentares discutiram o tema com o então Ministro Celso Amorim. São eles: Raul Jangmann (PPS/PE), Duarte Nogueira (PSDB/SP), deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), deputado Nilson Mourão (PT/AC), Júlio Delgado (PSB/MG), José Genoíno (PT-SP), deputado Nazareno Fonteles (PT-PI) e Chico Alencar (PSOL-RJ).

No dia 9 de Junho de 2010, a Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional da

Câmara dos Deputados constituiu uma reunião extraordinária de audiência pública para debater a eventual participação do Brasil no processo de enriquecimento de urânio do Irã. A reunião foi requerida pelo então deputado Raul Jangmann (PPS/PE) em que foram convidados o Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e o Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

O então ministro Celso Amorim é convidado a elucidar os seguintes pontos objetivados pela comissão: esclarecer o papel do Brasil junto ao processo de negociação e suas eventuais consequências para o interesse nacional, informar a posição brasileira na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), comunicar acerca das implicações da retaliação comercial entre Brasil e Estados Unidos e discutir as reações internacionais e críticas públicas em razão do apoio do mandatário brasileiro e demais autoridades ao Irã.

O Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim inicia sua fala ressaltando ser aquela a primeira oportunidade de manifestação pública do governo brasileiro depois da adoção de sanções contra o Irã. Ele introduz sua condução traçando uma retrospectiva da História recente iraniana contextualizando a formação do Programa Nuclear Iraniano. Na Comissão, Amorim faz um breve relato deste histórico:

Em Junho de 2009 o Irã solicitou os préstimos da Agência Atômica - uma obrigação estatutária da Agência fazer isto (...) para que o Irã pudesse ter combustível para o seu reator de Pesquisa de Teerã (Reator que produz isótopos medicinais) (...). Então o Irã pediu o auxílio da agência atômica para obtenção deste combustível. (...) o Irã não estava propondo troca, mas sim pedindo auxílio da agência para poder adquirir, comprar (...) alguns países, sobretudo os países ocidentais, perceberam nessa solicitação do Irã uma oportunidade para que houvesse algum arranjo para que permitisse o avanço nas discussões sobre Programa Nuclear Iraniano e isso se consubstanciou nesta proposta que acabou saindo em outubro de 2009 para troca. Isto é, o Irã entregaria à Agência Atômica 1200 kg do seu estoque de urânio e em troca receberia o equivalente em elementos combustíveis para o reator de Teerã. (BRASIL, 2010).

Em outra ocasião, o Ministro Celso Amorim relata uma conversa interessante entre ele e o presidente da Câmara Iraniana, Sr. Ali Larijani. Nessa conversa, o parlamentar iraniano observa que o Irã precisava de menos combustível que a quantidade proposta para troca pelo Ocidente. Segundo Amorim, “Larijani relata que no caso os iranianos estavam sendo obrigados a comprar com urânio levemente enriquecido uma quantidade de combustível da qual não não precisavam realmente ” (AMORIM, 2011 p.288-289).

É relevante trazer este ponto de vista para compreender que o acordo não se tratava de uma proposta iraniana isolada, em que somente o Irã sairia beneficiado, enquanto os países ocidentais estariam sendo enganados. Esta troca, em alguma medida, também traria questões

prejudiciais ao Irã, como a entrega de Urânio (de alto valor econômico) por uma quantidade de combustível para o reator, que em realidade sobriaria. De qualquer modo, muito mais do que uma questão meramente comercial, o acordo trazia uma janela de oportunidade de retomada de diálogo entre o Irã.

O ministro ressalta ainda sobre a ineficácia das sanções e o efeito devastador causado no caso do Iraque. É primordial destacar, portanto, duas linhas principais em que o então chanceler sustenta seu diálogo com os parlamentares: evidencia a importância do programa para as questões médicas, hospitalares e problematiza a eficácia de mecanismos como as sanções. Esta estratégia poderia trazer uma perspectiva mais humanística para o tema, não estavam tratando puramente de temas bélicos, mas havia uma compreensão dos tipos de danos à população. De igual modo, destacar a natureza medicinal, substância ainda mais o argumento de que o Irã faria o uso pacífico da energia nuclear.

As primeiras sanções ao regime iraniano, entretanto, só seriam impostas por conta das supostas ligações do grupo Hezbollah com o Irã – que, por sua vez, era acusado de ser um dos países patrocinadores de atos terroristas contra o Estado de Israel. As sanções se multiplicaram e ganharam força no governo de Bill Clinton (1993-2001), que infligiram severos danos à economia iraniana (DANTAS, 2022, p. 133).

“Apesar de nominalmente extensas, tais sanções buscaram apenas limitar a capacidade do país avançar seu programa nuclear (...) não houve objetivos mais amplos, como a mudança de regime ou a imposição de respeito geral aos direitos humanos” (TOURINHO, 2015, p. 55). Isto explicaria a natureza de ineficácia das sanções, sem uma perspectiva concreta, as sanções não estavam atreladas a uma contrapartida tangível, capaz de flexibilizar as violações de direitos humanos do regime iraniano ou de forçar a contrapartida do governo do Irã.

Como os casos do Iraque, Haiti e Iugoslávia insistem em demonstrar, não existe relação sistemática entre o impacto econômico das sanções e a sua efetividade, isto é, a sua capacidade de produzir os objetivos políticos desejados. Medidas de punição econômica não geram, necessariamente, os ganhos políticos originalmente almejados (TOURINHO, 2015, p.57).

Tariq Ali corrobora com esta visão ao sugerir que as sanções tornam as pessoas ainda mais dependentes dos regimes em que estão inseridas e não menos. Ali (2006, p.48) assim como Celso Amorim, utiliza o caso concreto do Iraque para exemplificar que as instabilidades causadas pelas sanções conduziram a população iraquiana a tantas condições de vulnerabilidade, que para sobreviver havia uma demanda maior por instalações médicas e subsídios alimentares. Ao forçar que os iraquianos dependam cada vez mais do regime, as pressões das sanções fortificam a subordinação do povo ao Estado. Além disso, as sanções não são uma proposição de concretização dos direitos humanos, não há negociação ou contra

partida para que se materialize este efeito.

Durante a fala dos deputados, destacamos alguns trechos que aparecem versando sobre temáticas em comum a fim de analisar alguns tópicos que estavam em debate ou que apareceram enquanto dúvidas. Os primeiros trechos analisados foram referentes aos pronunciamentos de parlamentares que versam sobre o interesse nacional e as motivações para o protagonismo brasileiro no plano internacional. Durante sua fala, o deputado Raul Jungmann (PPS/PE) ofereceu o seguinte questionamento ao Ministro Celso Amorim: “Qual o interesse nacional em nos envolvermos desta maneira nesta questão? Entretanto vejo riscos e não são poucos, em primeiro lugar associando a nossa imagem a uma ditadura que viola direitos humanos e de maneira absolutamente inaceitável” (BRASIL, 2010).

Ao mencionar o interesse nacional o deputado coloca em diversos momentos questões como: os riscos atrelados pelo então deputado devem ser observados à luz daquilo que o Irã representa para o mundo. O Irã no seu discurso é caracterizado como um país perigoso e que esta associação não estaria no rol de prioridades do Brasil, uma potência econômica regional em expansão. De acordo com Baghdadi (2009, p.12) o discurso criado é o de que o Irã é essencialmente perigoso, devido à sua história, suas relações com grupos considerados terroristas e sua ligação com a religião. Os riscos mensurados provêm da sensibilidade do tema nuclear para a política estadunidense, que explorou o discurso do medo de que o Irã obtivesse a capacidade de criar uma bomba nuclear, narrativa cultivada principalmente pelos discursos, a mídia e a propaganda norte-americana.

O Irã foi associado, em alguns momentos ao longo do século XX, a características negativas, em momentos nos quais havia o interesse de seus rivais geopolíticos de enfraquecer e isolar o Irã. Em outros momentos, entretanto, o Irã deixou de ser visto como “diferente”, pois seu regime interno atendia aos interesses dos Estados mais fortes na geopolítica regional de cada momento do século XX. Assim, teremos base para argumentar que o Irã não é “intrinsecamente” perigoso, como provam os momentos nos quais este Estado não foi “orientalizado”, ao longo de sua História (BAGHDADI, 2009, p.59).

Neste sentido, a construção desta visão de que o Irã seria um país perigoso ou não-confiável se encaminha em momentos específicos da História iraniana. Através do discurso, os autores da “campanha” visam mostrar que o Irã representa um risco à estabilidade internacional. Tal risco não é imputado ao Irã devido, unicamente ao seu programa nuclear (BAGHDADI, 2009, p.12). Citando principalmente a hostilidade do regime xiita que chega ao poder no Irã nos ombros da revolução de 1979 e eventos como a tomada da embaixada dos Estados Unidos em Teerã em 1979, são alguns dos pontos de partida para a compreensão de momentos em que os interesses norte-americanos foram violados na região, eventos que

serviram fundamentando uma narrativa de demonização deste regime.

Com a hostilidade do regime xiita e o sentimento antiamericano cultivado pelo governo iraniano, mesmo o Irã se considerando uma democracia (com seus moldes e regulações próprias de controle dos direitos políticos), na fala o deputado considera o Estado xiita uma ditadura, a qual o Brasil não deveria se associar. No entanto, vale destacar a fala de Amorim (2011, p. 284) sobre a sociedade iraniana, em que ele menciona que “independentemente dos aspectos que possam ser criticados (...) é uma sociedade plural. O sistema político iraniano está longe de ser monolítico, cada grupo social, sociopolítico, dos aiatolás e até a oposição tem uma opinião”. A efervescência política da sociedade iraniana não deve ser desconsiderada, apesar de que as violações de direitos humanos às resistências existem. A aproximação do Brasil deveria ser bem-vinda, com um passado autoritário e a produção de uma Constituição (1988) de viés mais humanitário, o país tem competência para expandir sua zona de influência em direitos humanos. Embora as diferenças de cada caso sejam específicas, é preciso marcar que o Brasil, assim como todos os Estados, também violam os Direitos Humanos de suas populações locais.

Também neste mesmo sentido, ao enfatizar que o Irã seria uma ditadura, em conformidade com disputas políticas internas, a esquerda brasileira e a própria figura do presidente Lula estariam atreladas à ditadura iraniana. Este episódio foi explorado politicamente tendo em vista as aproximações da PEB na administração de Lula com regimes como o Irã, Cuba, Venezuela e Nicarágua.

Esta associação passa uma imagem de desconfiança para parte do eleitorado brasileiro. Teorias sobre uma cumplicidade entre este “eixo de ditaduras” e o governo sob a gestão de Lula e Dilma foram exploradas em momentos posteriores, como nas eleições de 2018 e 2022 pelos partidos de oposição. O deputado Jungmann prossegue relatando sobre os riscos de uma associação com o governo iraniano:

“O risco de trazermos para cá determinados problemas que absolutamente não teríamos que trazê-los para cá. Me refiro ao risco do terrorismo. Acho que envolvimento com determinado tipo de assunto e de questão que dista totalmente do interesse nacional, que não faz bem a nossa democracia, que na verdade não contribui em absolutamente nada para agregar a este interesse” (BRASIL, 2010).

O deputado alerta para problemas que não tínhamos até aquele momento, mas que com o envolvimento com um Estado que convive e compartilha ligações com redes terroristas, esta possibilidade estaria em aberto. O terrorismo associado ao fundamentalismo islâmico reforça a representação de uma utilização menor da razão nas decisões tomadas pelo governo iraniano, uma vez que o terrorismo é tido como menos racional (BAGHDADI, 2009,

p.67). Se no campo da diplomacia os Estados requerem a política, um país tido como belicoso e irracional não teria as capacidades necessárias para desfrutar das negociações promovidas por países tidos como “racionais”. Nesta premissa, o governo brasileiro estava sendo ingênuo em não perceber que ao se envolver na questão nuclear iraniana, dentre uma possibilidade de resultados o Brasil poderia acabar introduzindo questões políticas do Oriente Médio, resultando em práticas terroristas dentro do território brasileiro.

“Esta lógica criada pelo ocidente está impregnada de uma visão orientalista sobre o Irã, em que existe uma distinção inextricável entre a superioridade ocidental e a inferioridade oriental” (SAID, 1990, p.52). Como já mencionamos, o orientalismo foi um processo construído ao longo dos séculos de antagonismos entre o oriente e ocidente, em que esta imagem do Irã como um país o qual não podemos confiar se constituiu não apenas no século XX com a revolução islâmica, mas é proveniente das relações que a Europa desenvolve com o Oriente e as imagens que ela produz sobre este local. A Europa estava sempre em uma posição de força, para não dizer domínio (...) muitos termos foram usados para expressar a relação (...), o oriental é irracional, depravado (caído), infantil, "diferente"; desse modo, o europeu é racional, virtuoso, maduro, "normal" (SAID, 1990, p.50).

Outra ferramenta em que podemos verificar a difusão desta visão sobre o Irã é pelos discursos, sendo muito comum as associações do Estado Iraniano enquanto um estado terrorista. A ligação estabelecida entre o governo iraniano e o terrorismo islâmico atrela ao Irã um caráter menos racional e, por conseguinte menos político (BAGHDADI, 2009, p. 68), o rol de países com dirigentes irracionais, bestializados em nada teria de agregar aos interesses nacionais e seria importante tratá-lo, assim como os Estados Unidos, com desconfiança.

Acerca da periculosidade e polêmicas do tema nuclear iraniano, Raul Jangmann (PPS/PE) alerta: “eu não gostaria de ver a hora em que o mundo nos acusasse de ter possibilitado a compra de tempo por Teerã, no momento em que ele viesse a fazer um teste atômico desestruturando e desequilibrando ainda mais aquela região” (BRASIL, 2010).

A respeito da segurança daquilo que estava sendo negociado, matéria de dúvida sobre a possibilidade do Irã enriquecer urânio a ponto de desenvolver armas nucleares, a possibilidade do enriquecimento de urânio acima dos 20% gera preocupações. Apesar de não ser especialista na área de energia nuclear, Celso Amorim apresenta alguns dados importantes

Este elemento combustível, embora seja feito com urânio a 20 por cento, uma vez transformado em combustível, não é “retransformável” em urânio para continuar a ser enriquecido. Então, não há como transformá-lo em urânio para uma arma nuclear, que, em geral, exige urânio altamente enriquecido a 90 por cento. Os 20 por cento de enriquecimento de elemento combustível estão, de certa forma, congelados: não é possível (econômica ou tecnicamente) voltar a enriquecer o urânio e, depois,

empregá-lo para outros fins (AMORIM, 2011, p. 283).

As avaliações dos especialistas sobre o tempo necessário para o Irã fazer algumas bombas nucleares variam muito — entre um e cinco anos (AMORIM 2011, p. 284). É relevante retomar inclusive que as negociações com o Irã se iniciaram via uma demanda do próprio presidente Obama, que considerava importante trazer o Irã para a via diplomática. No entanto, a mudança de postura dos Estados Unidos serviu de parâmetro para o alinhamento do discurso da oposição brasileira, que via nas sanções um norteamento de que o Brasil estaria auxiliando o Irã de forma isolada da comunidade internacional.

Ao confiarem no Irã, o Brasil e Turquia nesta percepção estariam sendo ingênuos pois eventualmente o Irã supostamente iria utilizar da boa fé dos dois países para burlar o acordo de não-proliferação, constituindo arsenal bélico nuclear. No entanto, é preciso relacionar o cuidado e a prudência brasileira em lidar com o tema, considerando que o mais importante afinal seria criar uma via de diálogo mais consistente entre Teerã e o Ocidente. Para isto era necessário constituir confiança:

Brasília e Ancara estariam supostamente encorajando o Irã a burlar o regime de não-proliferação e fortalecendo a mão dos setores linha-dura dentro da Guarda Revolucionária iraniana. Essas alegações não se sustentam, o governo brasileiro foi enfático, inclusive durante a visita do Presidente iraniano a Brasília em 2009, em condenar o descumprimento pelo Irã de suas obrigações no âmbito do Tratado de Não Proliferação (TNP). O Brasil tem consistentemente expressado sua preocupação com a falta de transparência de Teerã em suas tratativas com a AIEA (BIATO, 2010, p.3).

Amorim afirma nestas e em outras ocasiões que o Brasil não era nem pró-EUA nem pró-Irã, mas que o Brasil é pró-paz, contra as armas nucleares e a favor do desenvolvimento nuclear pacífico (AMORIM, 2011, p.275). Nas suas respostas, o então ministro reforça esta mensagem enfatizando que a paz não é algo fácil de ser atingida e que em momentos ou espaços em que a paz não está presente, realmente compreendemos a sua centralidade. Ou seja, o discurso brasileiro sobre a paz não deveria ser lido como algo genérico ou superficial, mas a importância do empenho na construção do país com um perfil mediador dependia disto, do esforço, determinação e materialidade que o governo brasileiro colocava em prol da paz e da pacificidade nas relações entre os países.

Em continuidade com os discursos acerca dos interesses nacionais, desta vez, o deputado da situação Arlindo Chinglia (PT/SP) faz o seguinte apontamento:

“Não podemos dissociar com o Irã com o que acontece com outros países (...) quando nós demonstramos a preocupação que o Brasil seja associado com um país que não respeita os direitos humanos a pergunta que eu quero lançar para nós mesmos é a seguinte: os Estados Unidos têm essa fama? No mundo ocidental, na imprensa livre ocidental, acho que não. Ninguém mais se associou a ditaduras (...) promoveu golpes em outros países do que os Estados Unidos” (BRASIL, 2010).

O entendimento do deputado Chinglia é relevante porque faz observações interessantes do ponto de vista da forma de tratamento instigado para os países não alinhados aos interesses estadunidenses. Muito embora violações de direitos humanos sejam práticas recorrentes nos Estados, seja nos Estados Unidos, no Irã ou no Brasil, o caso iraniano tem um peso maior nos discursos da oposição. O tratamento desigual se justifica novamente pela imagem incumbida ao estado xiita político e historicamente.

Acerca dos princípios que fundamentam as motivações imperialistas, Said relata que para o ocidente há uma distinção entre ocidentais e orientais.

Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro postos à disposição de uma ou outra potência ocidental (SAID, 1990, p.46).

Com este trecho, observamos que os Estados Unidos se encaixam nesta postura de autoridade perante o Irã. Quando os interesses econômicos do império norte americano não foram respeitados, quando houve a nacionalização do petróleo ou o exercício da autonomia política para se alinhar com linhas ideológicas ou políticas conflitantes com os interesses das potências ocidentais, o ocidente e principalmente os Estados Unidos tentaram interferir na autonomia iraniana, tutelando e restringindo sua soberania a partir da promoção de golpes de Estado.

O então deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) prossegue discutindo acerca dos interesses do Brasil em promover uma mediação no programa nuclear iraniano:

“(...) eu não consigo entender ressalvado a História do nosso Itamaraty onde resguarda o interesse brasileiro, senão por uma identidade de natureza ideológica, senão por um sentimento exacerbado de humanismo (...) para o Brasil obter um assento no Conselho de Segurança, coisa que pra mim também não faz muito sentido (...) uma insistência de natureza ideológica (...) naquilo que vai do limite do desgaste que o país já teve(...)” (BRASIL, 2010).

A capacidade da diplomacia brasileira em se projetar através da mediação situações que envolvem aspectos da segurança internacional é contestada em diversos sentidos. Ao colocar a questão ideológica, esta fala esvazia os princípios de independência política permeados na questão da relevância nacional. Esta política externa na verdade, como aponta Souza (2014, p. 199), é o começo de uma atuação mais assertiva por parte de potências emergentes, que passaram a demandar a reforma da ordem internacional e novas formas de governança mundial, em razão de sua percepção sobre a perda de legitimidade das potências tradicionais.

Em virtude desta articulação, o Brasil não só dimensiona uma maior importância nas

mesas de negociação internacional, mas demonstra experiência com um tema de profundo interesse nacional, afinal de contas o país também possui a matriz nuclear e havia sofrido previamente pressões e salvaguardas dos Estados Unidos. Além de dificultar ao máximo o acesso ao conhecimento nuclear, os Estados Unidos procuraram se resguardar também quanto ao abastecimento de elementos radioativos (KURAMOTO, 2002, p. 380).

Se o programa nuclear iraniano estava sofrendo fortes pressões das potências ocidentais, este tipo de propaganda negativa em algum nível já tinha sido feita contra o Brasil. Neste sentido, o interesse nacional está provado, proteger estrategicamente o Brasil, que também é um país que tinha interesse em manter seu programa nuclear para fins pacíficos de propagandas e punições de outros países que buscavam restringir este acesso. Esta interseção do Brasil o coloca sob uma nova ótica de defensor do direito ao desenvolvimento dos países do Sul Global, em uma perspectiva não discriminatória que visa expandir sua capacidade de articulação política, influndo a imagem do Brasil como um país que deseja a multipolaridade e a soberania dos países.

Em relação ao engajamento brasileiro na questão nuclear, o deputado Raul Jungmann (PPS/PE) discursa:

“(…) nós teríamos uma centena de problemas mundo afora, onde nós não engajamos o chanceler, não engajamos a diplomacia e não engajamos o Presidente da República. Ou seja, nós elevamos ao nível absolutamente máximo de engajamento desse país da sua credibilidade, da sua imagem em alguma coisa que nada tem haver com o interesse nacional. Eu não encontro razões para que nós investimos tanto em algo que dista tanto dos nossos interesses.” (BRASIL, 2010).

Muito embora seja comum observar alguns autores e a própria mídia tratem do tema enquanto um “projeto megalomaniaco brasileiro”, em nenhum momento esta proposta foi uma decisão unilateral, do ministro Celso Amorim ou do Presidente Lula. Em seus relatos, Amorim demonstra que sempre houve diálogo e inclusive inicialmente demanda dos Estados Unidos para iniciar uma aproximação mais concisa com o país persa.

Em pronunciamento acerca da periculosidade e polêmicas do tema, o então deputado Duarte Nogueira PSDB/SP sustenta inseguranças em relação a algumas posições de membros do governo iraniano:

“(…) o comportamento do Irã tanto do ponto de vista da negação da História do planeta, principalmente em relação a detalhes da segunda guerra mundial ao negar fatos que são de domínio da humanidade, já traz uma insegurança em relação a racionalidade daqueles que com eles estabelecem relações comerciais, políticas ou nucleares (...)” (BRASIL, 2010).

O Presidente Ahmadinejad apresentou declarações antisemitas perante a comunidade internacional, a fala do deputado Duarte Nogueira menciona este comportamento negacionista

para alertar sobre a periculosidade da aproximação das autoridades brasileiras com autoridades que negam o holocausto. A negação do holocausto e o negacionismo em relação as violações de direitos humanos contra os judeus na segunda guerra mundial são alguns dos discursos empenhadoss por Ahmadinejad e membros do governo Iraniano em uma narrativa travada para atacar o Estado de Israel¹¹. O deputado observa em sua fala evidências históricas, demonstrando repúdio ao negacionismo.

Interessante acompanhar a repercussão da própria sociedade civil brasileira sobre a vinda de Ahmadinejad. Muxagato (2010, p.399, tradução nossa) relata que as comunidades judaicas, os homossexuais e as organizações que lutam por direitos humanos denunciaram a vinda de um presidente controverso, particularmente pela sua retórica provocativa. A vinda do presidente Ahmadinejad sofreu resistências na sociedade civil, de grupos que já foram alvos dos seus discursos e políticas. Quando o Sr. Ahmadinejad chegou ao Brasil (...) milhares de manifestantes saíram às ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro para denunciar as violações de direitos humanos no Irã e a posição iraniana em relação a Israel (MUXAGATO, 2010, p.399, tradução nossa).

No entanto é necessário observar com cuidado as declarações de irracionalidade, tendo em vista todas as questões já colocadas sobre como esta abordagem influencia em observar os iranianos como bestializados, como um estado em que não se pode confiar e configurar uma percepção de determinismo político.

Em entrevista ao Opera Mundi (2019), o próprio presidente Lula relata que as declarações antissemitas de Ahmadinejad criaram uma ocasião de iniciativa para o diálogo, “eu pedi uma conversa com ele porque ele tinha dito que os judeus (...) só eles tinham morrido na guerra e que era mentira 100 milhões de judeus (...)” (OPERA MUNDI, 2019). Na conversa em que Lula questiona o homólogo iraniano para contrapor esta visão negacionista, surge também o assunto sobre o programa nuclear iraniano. Interessante relembrar conforme descrito no capítulo 1 do desenvolvimento, que a investida estadunidense e européia de isolar o Irã dos diálogos e negociações apenas gerou mais impasses entre estes países, a diplomacia brasileira atuou de forma contrária, ao mesmo tempo em que seguia firme com os valores que norteiam a posição de defesa dos direitos humanos também chamava para perto de si um player importante na geopolítica.

Lula descreve que na situação inteira “eu defendo que você faça o enriquecimento de

¹¹ Ahmadinejad nega Holocausto e pede união global contra Israel (Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/oriente-medio/ahmadinejad-nega-holocausto-e-pede-uniao-global-cont-ra-israel.c8fbfa2aa9aea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>)

urânio nos moldes em que o Brasil faz (...) o Brasil enriquece urânio para fins científicos e quer o mesmo para você” (OPERA MUNDI, 2019). No entanto, as hostilidades e a disposição de não-alinhamento do governo iraniano aos interesses estadunidenses deram as bases para uma narrativa de boicote ao projeto brasileiro para a questão iraniana desde o início.

Duarte Nogueira ao colocar esta fala reproduz os impasses ideológicos que existiam entre o Irã e os outros países. Para o então deputado era preciso pautar políticas que não atingissem a imagem do Brasil ao se relacionar com um país conhecido pelo negacionismo ao holocausto, questão pacificada no mundo ocidental.

Acerca dos pronunciamentos dos deputados de partidos da situação (ou no caso do PSOL, dentro do mesmo viés político - de esquerda), o deputado Nilson Mourão (PT/AC) critica a rejeição de determinados setores à Política Externa Ativa e Altiiva promovida pelo governo:

Eu concordo que existe um certo estranhamento da política externa que vem sendo praticada pelo presidente Lula tendo à frente ao seu (Celso Amorim) trabalho. Estranhamento de um certo setor do parlamento brasileiro, estranhamento de alguns diplomatas aposentados, de alguns setores da imprensa que estavam acostumados a praticar uma política externa subordinada sob o signo do “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil” (BRASIL, 2010).

Vigevani e Cepaluni (2007 apud NORMA 2014, p. 196) afirmam que o governo Lula sofreu críticas com relação à falta de participação da sociedade brasileira nas decisões relativas à política externa. Esta posição autônoma e de direcionamento independente ensejam temores de que o Brasil por associação ao Irã seja isolado ou até mesmo um pária. Uma grande parte da mídia e do mundo acadêmico questionou o direcionamento do Itamaraty, julgando arriscada e contraproducente a estratégia diplomática de Luís Inácio Lula da Silva (MUXAGATO, p.401, tradução nossa)

José Genoíno (PT-SP) reforça a projeção brasileira e a relevância do multilateralismo declarando que “(...) esta ordem econômica está superada, não dá conta dos novos problemas que estão surgindo e o Brasil foi ousado, isso é uma questão de poder, ao desenhar uma nova geografia do poder no mundo para discutir uma outra agenda, isto é puro interesse nacional (...)” (BRASIL, 2010). O Brasil reforça uma agenda multilateral para instituir novos caminhos para as relações entre os países. O objetivo final dessa estratégia e dinamismo diplomático é de dar ao Brasil a condições para efetivar sua conversão em uma verdadeira potência mundial reconhecida por todos (MUXAGATO, 2010, p.403, tradução nossa)

Em termos de dúvidas o então deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) indaga o Ministro com a seguinte fala“ (...) O Brasil teria condições na sua avaliação no geral de mediar junto ao

governo do Irã, fazer gestões para reduzir as prisões de consciência lá, as perseguições de comunidade bahá'ís por exemplo?(...)” (BRASIL, 2010). É imprescindível colocar que Celso Amorim e Lula não firmaram apoio incondicional às violações de direitos humanos no Irã. No entanto, por conta das negociações, Celso Amorim hesitou em dar declarações mais incisivas sobre esta temática, condenando de forma mais incisiva. Por outro lado, é comum o destaque para o tratamento desigual que é concedido ao Irã em comparação a outros Estados que também violam direitos humanos

O ex-chanceler evidencia a importância da atuação diplomática brasileira em matéria de direitos humanos. O avanço na relação com os iranianos possibilitou que o Brasil pudesse interceder pela libertação de civis provenientes de países ocidentais. Este caso em específico se deu a partir da visita de Celso Amorim ao Irã, em que a cidadã francesa Clotilde Reiss foi libertada no país persa certamente por influência brasileira.

Amorim comenta sobre o caso em entrevista concedida a BBC News em 2010:

“(...) a gente pode dar uma palavra ou outra como em alguns casos, (...) o diálogo é sempre o primeiro passo, enquanto não há diálogo você só tem condenações, incompreensão (...). Imperfeições nessa área de direitos humanos existem em muitos países, mas obviamente você vê que em certos momentos alguns países são singularizados, por motivos que não tem haver só com direitos humanos, tem haver com outras preocupações (...) (AMORIM, 2010).

O Brasil demonstra, portanto, que em determinados casos teve condições de atuar como um mediador, uma esfera de influência em potencial para influir em matérias de direitos fundamentais. A influência do Brasil, no entanto tem um limite, que tange a sua capacidade de persuasão diplomática.

Um trecho do discurso do deputado José Genoíno (PT/SP) bastante enfático, tem o objetivo de chamar atenção para os perigos de nações isoladas, sem diálogo com outras nações na era da nuclearização dos Estados Nacionais.

“A solução é esticar a corda e empurrar o fundamentalismo para um extremismo radical e irracional? E aí o mundo vai ficar à beira do caos. Esta submissão ideológica a um mundo desenhado pelos cinco grandes não pode ser o parâmetro porque este mundo desenhado pelos cinco grandes está em cheque em ebulição” (BRASIL, 2010).

Isolando o Irã, as grandes potências só tornaram o mundo ainda mais perigoso. Em termos de enfrentamentos, o governo iraniano tem uma postura bastante hostil, embora seja preciso haver alternativas para o diálogo. A política externa iraniana, apesar de sua retórica religiosa tradicional, constante e eventualmente agressiva, tem sido desenvolvido, ao longo dos últimos trinta anos, por uma perspectiva realista e não por uma suposta irracionalidade associada ao fervor religioso (Flanagan-Rieffer, 2009 apud SOUZA, 2018). Apesar das

intenções, o governo iraniano age com base nos interesses daquilo que eles interpretam enquanto os interesses nacionais do Irã. Com a via diplomática, o ocidente e o Irã conseguem reconstituir melhor um ambiente de maior viabilidade de negociações. O Acordo de Teerã representou um primeiro passo para restaurar o diálogo, afastando a hipótese de um iminente agravamento das tensões na região (BIATO, 2010, p. 2)

Estes discursos demonstram que apesar da atuação firme dos deputados da situação defendendo o posicionamento do governo e a política externa de Celso Amorim, a oposição trouxe para dentro do congresso indagações relevantes. A demanda por uma política externa autônoma ainda hoje enseja diversas críticas na mídia e na própria opinião pública, demonstrando que esta disputa entre forças neoliberais e projetos nacionalistas.

Havia no congresso uma resistência em relação à viabilidade das tratativas com o Irã, a Política Externa Ativa e Altiava de Celso Amorim estava sendo questionada e colocada a prova, demonstrando que talvez não estivesse clara para as outras partes do poder público o engajamento brasileiro, da necessidade do protagonismo internacional. Não faltam esforços e dedicação do corpo diplomático, mas ainda assim, seja na mediação de mediação do programa nuclear iraniano, ou em questões mais recentes, como as tentativas brasileiras de criar um ambiente de mediação para a guerra russo ucraniana¹² (2023).

Pode-se destacar também os custos políticos, tendo em vista o desgaste da imagem do governo e os usos e abusos da narrativa política a partir de elementos da PEB. A própria imagem do então presidente Lula ao ser associado à aproximação com o Irã, em que, de certo modo não fica claro para muitas pessoas o porquê destas relações, dimensiona a importância do cuidado com a comunicação e com a imagem histórica. Fico (2008, p.3) considera que no caso de acontecimentos recentes e polêmicos, as disputas em torno da memória sobre estas personagens podem chegar a dificultar uma compreensão objetiva do passado ou, quando certas memórias prevalecem sobre outras, é possível que leituras parciais ou tendenciosas se estabeleçam como verdades históricas.

Apesar de não ser alvo principal deste trabalho, a figura do Presidente Lula é disputada. Mesmo elementos da sua influência na política externa, suas relações com Irã, Venezuela, Nicarágua, fazem parte da crítica e política de terror contra a sua gestão. É papel do historiador do tempo presente destrinchar este passado demonstrando as intenções e discussões que ocorreram na sociedade no tempo e espaço em que elas aconteceram, assim distanciando-se do processo de demonização dos personagens históricos.

¹² Em 2023 o Presidente Lula manifestou disposição em intermediar acordo para fim da Guerra na Ucrânia.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ofereceu um panorama intrigante sobre como a Política Externa Ativa e Altiva de Celso Amorim foi encarada internamente. A aproximação com o Irã e as negociações de uma temática tão sensível como o programa nuclear iraniano foram escolhidas exatamente para abordar um caso emblemático em que esta política externa foi colocada à prova, diante da opinião pública, das questões midiáticas e dos próprios enfrentamentos políticos.

Neste sentido, colocamos em evidência o embate entre os deputados de oposição que defendem um posicionamento mais cauteloso por parte do Brasil, alertando os riscos oferecidos por tratar de assuntos que envolvem a segurança internacional. Esta postura alarmista de alguns deputados é permeada de interesses políticos internos. A aproximação com o Irã no discurso da direita foi explorada em uma falsa associação entre a esquerda brasileira, regimes totalitários e o terrorismo internacional.

Os interesses ocultos na fala dos deputados que fazem oposição política ao governo do PT se fundamentam na danificação da imagem da esquerda, mirando na opinião pública da população que frequentemente também era alarmada por setores da mídia liberal. A direita brasileira se apropriou de partes deste contexto para retratar que o PT se aproximou de países com regimes totalitários para fornecer apoio incondicional às violações de direitos humanos nestes países.

Em consonância com estes fatores, 2010 é um ano especialmente importante politicamente, tendo em vista que se avizinhava as disputas presidenciais. As animosidades entre PSDB e PT estão no cerne dos antagonismos. A imagem do Presidente Lula e do próprio partido estava sendo avaliada, os partidos de oposição utilizaram o episódio para evidenciar uma versão vilanizada da aproximação brasileira com o Irã.

A fala de Duarte Nogueira (PSDB/SP) ao questionar os interesses nacionais da aproximação, justificando sua natureza meramente ideológica é uma das referências de como a direita realizou a leitura destas relações. No entanto, ao consultar as fontes documentais, materiais de jornais, entrevistas e a própria discussão na Comissão, identificamos que havia o interesse nacional pertinente. O Brasil também sofre ameaças em relação ao seu próprio programa nuclear. O país precisava colocar as suas posições e os seus interesses projetando sua influência diplomática perante os demais países.

Neste sentido, esta conjuntura evidenciou que o episódio de aproximação entre Brasil e Irã foi utilizado para estimular um sentimento antipetista que se manteve ao longo dos anos e que ainda hoje se encontra presente, sobretudo, quando observamos os discursos recentes

proferidos pela direita brasileira tentando associar o Partido dos Trabalhadores ao terrorismo internacional.

Considerações Finais

O papel de pressão que a sociedade civil iraniana adquiriu sob o regime dos Aiatolás ao longo das décadas demonstra que é necessário um conjunto de forças externas para que o regime inicie as negociações no campo dos direitos humanos. Apesar de delegar a outras instâncias a nível internacional, o chanceler não transmite que o Brasil ou outros países poderiam criar uma esfera de influência mais robusta

Refletir sobre o papel diplomático do Brasil é também uma forma de repensar os mecanismos de pressão nas relações entre os países. Estabelecer relações de confiança e abertura de vias para o diálogo continua sendo uma forma legítima de influenciar politicamente outros países, criar condições em comum. Um exemplo mais recente (2023) do empenho do Presidente Lula e do corpo diplomático (que também conta com o ex-chanceler Celso Amorim) em materializar um perfil de país mediador de conflitos foi o caso dos avanços nas tratativas em relação à Venezuela. Mesmo sofrendo duras críticas, inclusive crises internas com o parlamento brasileiro pela visita de Nicolás Maduro, o presidente Lula buscou se aproximar para ter respaldo em pressionar para o fortalecimento da democracia venezuelana, incluindo garantias de eleições justas para a oposição venezuelana.¹³

O estrangulamento da economia iraniana por meio das sanções, boicotes e afastamento diplomático surte efeito prático e direto na população civil. Em tese, o senso comum destaca que o objetivo das sanções seria de desestruturar o Regime Iraniano internamente, de dentro para fora, promover condições materiais para viabilizar uma contrarrevolução. De fato, a instabilidade política toma conta do país, nos últimos anos as mulheres, tão perseguidas pelo regime dos Aiatolás, tem se tornado as protagonistas nas manifestações¹⁴, apesar de não serem vistas no ambiente político, elas existem e cumprem um papel extraordinário no espaço

¹³ De acordo com a nota conjunta reproduzida pela CNN Brasil no documento, Macron, Lula, Gustavo Petro, Alberto Fernandez e Josep Borrell afirmaram que um processo eleitoral transparente estaria acompanhado de uma "suspensão das sanções" contra o país. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/sancoes-podem-ser-retiradas-se-houver-eleicoes-justas-na-venezuela-afirmam-brasil-franca-ue-e-outros-paises/>.

¹⁴ As agitações políticas em 2017 com o movimento #whitewednesdays nas redes sociais e as manifestações de 2022 que tiveram como estopim a morte da jovem Iraniana Mahsa Amini são alguns exemplos da efervescência e instabilidade instaurada principalmente pelas iranianas.

público ao se levantarem contra um Estado terrorista com seus corpos, saberes e mentes.

No entanto, apesar da impopularidade e ineficiência, a teocracia iraniana continua com suas bases fortes, as possibilidades de mudança do regime em 2023 ainda parecem remotas. As sanções econômicas, demonstram-se de fato ineficientes para desarticular institucionalmente o país mas são efetivas quando retiram direitos sociais básicos da população. As possibilidades de desenvolvimento econômico mais robusto do país estão corrompidas pelas sanções econômicas e o Irã não consegue reter sua população civil, aumentando o número de imigrantes e refugiados.

Por outro lado, o caso da intervenção estadunidense no Iraque ilustra muito bem os percalços que intervenções externas causaram no Oriente Médio do século XXI. Neste sentido, é preciso manter cautela com o discurso estadunidense de demonização e intervenção¹⁵ no Irã. Sempre é preferível que ditadores - ou clérigos iranianos - sejam retirados pelo seu próprio povo; assim a mudança parece mais orgânica (ALI, 2006, p. 87). Algumas das consequências da presença americana na região como, os iraquianos se tornando cada vez mais hostis aos americanos, o vácuo de poder que proporcionou a ascensão de grupos ainda mais radicais como o daesh¹⁶, as reverberações da guerra na Síria e a crescente influência iraniana no Iraque. Todo este contexto denota como a intervenção para retirada de “ditadores perigosos” do Iraque por forças externas alterou as dinâmicas regionais e tornou a região ainda mais insegura para as populações locais.

Neste sentido, também é preciso compreender que na seara social a tragédia do povo iraniano tem duas faces: uma viabilizada pelos Estados Unidos e outra orquestrada pela teocracia islâmica. O pós-1979 reservou aos iranianos uma cidadania tutelada por uma elite intelectual religiosa com viés autoritário e restritivo. A República Islâmica do Irã institucionalizou questões ideológicas que antes estavam dentro da seara do privado, o país organizou políticas que se encontram em permanente estado revolucionário. Por outro lado, a liberdade econômica é cerceada pelos impedimentos estadunidenses, em que empresas não podem manter relações comerciais com os dois países ao mesmo tempo.

No contexto da Pandemia de COVID-19 as sanções se tornaram ainda mais evidentes tendo em vista as restrições em relação a aquisição de medicamentos, vacinas, importação tecnológica ou equipamentos essenciais e básicos na área da saúde. Estas medidas ajudaram o

¹⁵ Um dos expoentes deste discurso intervencionista é John Bolton. Bolton já ocupou o cargo de conselheiro de Segurança Nacional no governo Trump e sempre foi um falcão na política externa. Contrário a qualquer tipo de concessão aos iranianos e favorável à intervenção militar para derrubar o regime dos aiatolás (GUROVITZ, 2019)

¹⁶ Auto proclamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante

Irã a ocupar o ranking dos países com maior taxa de mortalidade pela COVID-19.¹⁷

Entender o conteúdo das críticas ao governo do Irã, isolando a construção de referências imperialistas dentro de narrativas que estão a serviço dos interesses norte-americanos, se faz extremamente necessário para que outras minorias mundo afora comecem a apoiar a população iraniana em si. O posicionamento dos congressistas democratas de adesão à estratégia de Bush de dar início a intervenção no Iraque em 2003, frente a comoção nacional devido aos atos do 11 de setembro de 2001, diz muito sobre como funcionam os silêncios em relação ao oriente médio no ocidente. O mesmo vale para o caso iraniano, em que a população que protesta contra o governo tem encontrado apoio na extrema direita ocidental, que se apropria das pautas para promover e pressionar o governo estadunidense em mais sanções e coação do governo iraniano. Na realidade, é preciso escutar e apoiar as vozes da diáspora e dos locais para que estes fenômenos ocorram de forma interna, sem os perigos causados por uma intervenção externa.

Referências

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São. Paulo: Benvirá, 2011.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da Política Externa Ativa e Altiva**. 1ª Edição. Saraiva, 2015.

AMORIM, Celso. **Celso Amorim: Memórias da Política Externa Ativa e Altiva**. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=wwgG6tIdCIE>. You Tube, 2019

AMORIM, Celso (Jornal Sul21). **Celso Amorim fala da relação entre Brasil e Irã**. You Tube, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CHhEi8U2Pc8>. You Tube, 2010.

AMORIM. [CAPES PRINT]. **Política Externa Altiva e Ativa: Entrevista ao vivo com Celso Amorim**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bkf-EOqc3vs>. Acesso em: 10 jul. 2023. You Tube, 2019.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução: Georges Kormikiars. Boitempo Editorial.

ALI, Tariq. **A nova face do Império: os conflitos mundiais do século XXI em entrevistas a David Barsamian**. Tradução Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

BANDEIRA, Luiz. **As Relações Perigosas Brasil-Estados Unidos: De Collor de Melo a Lula 1990-2004**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁷ Dados coletados pela Universidade Johns Hopkin, atualizados até Setembro 2013 de 2022. Disponível em: <https://www.trt.net.tr/portuguese/covid19>

BARACUHY, Braz. **Os Fundamentos da Geopolítica Clássica: Mahan, Mackinder, Spykman**. Funag- Fundação Alexandre Gusmão, 2021.

BATALHA, Ettore. O Orientalismo, ou a afirmação do Discurso Hegemônico do Ocidente: Orientalism, or the affirmation of the Western Hegemonic Discourse. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 177–198, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/1126>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BAGHDADI, Tanguy. **Tratamento internacional do contencioso nuclear iraniano e a construção de representações na AIEA**. 141 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BIATO, Marcel Fortuna. **Brasil, Irã e a paz no Oriente Médio**. Mural Internacional, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 2-6, dez. 2010. ISSN 2177-7314. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5311>>. Acesso em: 10 jan. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/rmi.2010.5311>.

BRASIL. **Câmara dos deputados**. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn>. Acesso em 15 abr. 2023.

BRASIL. **Câmara dos deputados**. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/atribuicoes>. Acesso em: 15 abril 2023.

CAETANO, Karizia, **O Programa Nuclear Iraniano: ameaça internacional ou busca pela segurança do país**. 2014. 32f. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

DANTAS, Guibison. **As Relações Públicas Internacionais como instrumento de Política Externa Brasileira: o caso da Declaração de Teerã**. Revista Interamericana de Comunicação Midiática. v. 21. n. 46. 2022.

FICO, Carlos. **O grande irmão: Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. 2ª Edição: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

FERREYRA, Matias. **A política externa “ativa” e ativa do Brasil frente aos conflitos na Líbia e na Síria: desafiando o “cerco hegemônico”**. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 7, n. 1, (abr. 2019), p.25 - 40. 2019.

G1. **Humanidade esta a um erro de calculo da aniquilação nuclear diz Chefe da ONU**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/01/humanidade-esta-a-um-erro-de-calculo-da-anquilacao-nuclear-diz-chefe-da-onu.ghtml>. Acesso em: 14 maio de 2023.

G1. **Trump anuncia retirada dos Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-retirada-dos-eua-de-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>. Acesso em: 14 maio de 2023.

G1. **Trump anuncia retirada dos EUA de acordo nuclear com o Irã.** 08 maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-retirada-dos-eua-de-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>. Acesso em: 19 maio de 2023.

LESSA, Henrique. **Após encontro com Xi Jinping, Lula se alia à China na guerra e na economia.** Correio Braziliense, Brasília, DF, 15 abr. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/04/5087561-apos-encontro-com-xi-jinping-lula-se-alia-a-china-na-guerra-e-na-economia.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

MIGLIACCI, Paulo. Leia a íntegra traduzida da carta de Barack Obama a Lula sobre o acordo com o Irã. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 27 de maio de 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/741132-leia-integra-traduzida-da-carta-de-barack-Obama-a-lula-sobre-acordo-com-o-ira.shtml>. Acesso em: 17 maio de 2023.

MOURAD, ALI. **Manifestações dificilmente abalarão governo do Irã, avaliam especialistas.** Correio Brasiliense, 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/01/19/interna_mundo.821557/manifestacoes-dificilmente-abalacao-governo-do-ira-avaliam-especialis.shtml. Acesso em: 5 nov de 2023.

MÜLLER, Luiza. **As relações de poder e violência na História recente das mulheres iranianas.** Seminário corpus possíveis no Brasil profundo. 2019.

MUXAGATO, Bruno. **Les relations Brésil/Iran et la question du nucléaire.** Politique étrangère, 2010. p. 399-411. DOI : 10.3917/pe.102.0399. URL : <https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2010-2-page-399.htm>. Acesso em: 14 maio de 2023.

OLIVEIRA, Eliane. ‘O Irã não é nosso inimigo’, diz Celso Amorim sobre navios de guerras ancorados no Rio. **O Globo,** Brasília, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/03/o-ira-nao-e-nosso-inimigo-diz-celso-amorim-sobre-navios-de-guerras-ancorados-no-rio.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2023.

OPERA MUNDI. **Lula: Hillary Clinton é arrogante e achava que eu era ingênuo.** You Tube. 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ItoyuZZajec>. Acesso em: 14 maio de 2023.

REIS DA SILVA, André; LEÃES, Ricardo. **A Convergência Turco-Brasileira na Declaração de Teerã.** Mural Internacional. v. 5, n. 2, jul-dez, 2014.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Bruno. **A comparative study of Lula's diplomacy in the middle east and Ahmadinejad in Latin America**. Austral: Brazilian Journal Strategy & International Relations. p. 120-158, v.7, n.13, Jan./Jun. 2018.

SOUZA, Norma. **A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina**. História, v. 33, n. 2, p. 189-216, jul/dez. São Paulo, 2014

SCHUTTE, R. G.; TEIXEIRA, F. P. A.; SOPRIJO, G; MEIRELLES, I; SANTOS, K.; SANTOS, H. V. **Entre ideologia e pragmatismo: a dinâmica das relações Brasil-Oriente Médio em 2020**. In: A política externa de Bolsonaro na pandemia. Org.: Diego Araújo Azzi, Gilberto Marcos Antonio Rodrigues e Ana Tereza Lopes Marra de Souza. Observatório Política Externa Brasileira: São Paulo, 2020.

TRAUMANN, Anderson. **Os Militares e os Aiatolás: Relações Brasil-Irã (1979-1985)**. Paco Editorial: Jundiaí, 2016.

TODOROV, Tzvetan. **O Medo dos Bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2010

VICENTINI. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.

WELLE, Deutsche. Entenda o acordo nuclear com o Irã. **G1**, [s. l.], 13 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/entenda-o-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2023.

XADREZ VERBAL: **Xadrez Verbal Podcast #42 - Tanguy Baghdadi, Palmira e América Latina**. [Locução de]: Filipe Figueiredo e Matias Pinto.You Tube. 1º de abril de 2016. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hq6Ljrmlyqg&t=1219s>. Acesso em: 8 de maio de 2023.